

EXTRA, EXTRA: FERNANDO HENRIQUE
QUER ALIANÇA COM O PFL!

BOM, PELO MENOS UMA
PROMESSA FHC VAI CUMPRIR:
A DE ENDIREITAR O BRASIL!



BRASIL AGORA

TÔ MAIS PRA
PÉ-QUE-PÉ DO QUE
PRA O-ERRE-VÉ!!



ANO II - Nº 57 - 28 DE MARÇO A 11 DE ABRIL DE 1994 - CR\$ 850,00

A COR DO DO ANTI- LULA



O PSDB escolheu o seu lado na disputa
presidencial. E as elites, parece,
escolheram o candidato tucano.

PROGRAMA DE GOVERNO

Dívida externa, forças armadas,
privatizações...
e aborto provocam polêmica

Páginas 4 e 5

REVISÃO CONSTITUCIONAL

A crise política e a
pressão eleitoral ajudam
os contra

Página 11

INTERNACIONAL

África do Sul e Peru,
em clima de
polarização social

Páginas 13 e 14



DIÁLOGO

Militares

Há cerca de três meses, dei uma entrevista à *Folha de S. Paulo* sobre o andamento do programa de governo da nossa campanha presidencial. Um dos temas tratados foi o de uma política para as Forças Armadas. Com base no documento preliminar elaborado, destaquei como medidas imediatas a maior profissionalização dos quadros militares, o reaparelhamento das forças e a continuidade de programas voltados à capacitação tecnológica. A médio prazo, "a serem implantadas ao longo de todo o governo e no contexto de ampla discussão", destaquei a criação de um Ministério da Defesa (para aumentar o controle civil sobre o setor) e o atingimento, em cinco anos, de um patamar de recursos orçamentários da ordem de dois por cento, "incluindo as verbas de pesquisa e desenvolvimento".

Utilizando-se de efeitos sempre disponíveis aos jornalistas - especialmente manchete, lides, cortes e edição -, a *Folha* mudou completamente a ênfase da entrevista, passando a muitos a idéia de uma prioridade de governo no sentido de "quadruplicar" (expressão do jornal) as verbas militares. Muita polêmica houve em torno do assunto. Mas nada que se compare à forma rasteira, desleal, delirante e imoral com que o Sr. Francisco de Oliveira se referiu ao tema em entrevista ao **Brasil Agora**. Segundo ele e com base na mesma entrevista, eu estaria engajado na "tentativa de fazer das Forças Armadas uma espécie de epicentro sobre o qual gira o desenvolvimento econômico do país (...). Esse contrabando da concepção militarista cheira a nacional-socialismo. Fincar um programa de socialismo com base no poder militar (sic!) é extremamente perigoso." E por aí afora.

Reafirmo que o debate sobre uma política de defesa nacional é necessário, e até mesmo elementar, quando se trata de discutir a gestão de um Estado soberano. É um ganho para o Brasil que tal debate venha a ser travado por

entidades da sociedade civil, com os partidos. Reações de pânico, como a do Sr. Oliveira, apenas atestam despreparo intelectual para a tarefa. Quanto à infeliz referência ao nacional-socialismo, fica o registro de que, na Alemanha, uma das táticas mais utilizadas por esse movimento foi justamente a de deformar e caricaturizar de forma sistemática as posições de seus eventuais adversários, usando a mentira como arma corriqueira da política.

César Benjamin
Rio de Janeiro, RJ

Yoni

Caro editor, me desculpe, mas não entendi suas desculpas no **Brasil Agora** nº 56. A última página do **Brasil Agora** nº 55 trouxe a charge do Maringoni mostrando em nove quadrinhos selvagens o que o capitalismo à brasileira tem: da falta de calcinhas como estratégia de marketing, à falta de respeito, de comida e de ética. Logo de cara, Maringoni estraçalha com o falso problema da "genitália desnuda" e usa os quadrinhos restantes para desnudar quem tira não só a roupa, mas a casa, a saúde e até o trabalho do trabalhador. Só que as pessoas não leram a última página: pararam no primeiro quadrinho, que virou chamada de capa. E aí choveram as interpretações. Eu também quero dar a minha. O que eu vejo neste quadrinho é o seguinte: uma jovem, nua da cintura para baixo, ergue o punho em atitude de vitória, enquanto um homem de topete abaixa na iminência de prestar sua homenagem à fonte e origem da vida que, entre os hindus, é conhecida como *Yoni*.

Em seu livro, *Kali, the feminine force*, Ajit Mookerjee ensina que a representação da vulva - *ouyoni-inatra* - sempre foi venerada como símbolo da Grande Mãe e é adorada em templos como o de Kamakya.

Onde está o "desrespeito à mulher", no polêmico primeiro quadrinho do Maringoni? Só olhos demasiadamente ocidentais e cristãos conseguem enxergá-lo.

Madza Julita Nogueira
São Paulo, SP

Incoerência

O Lula critica o plano FHC2 por ser neoliberal e eleitoreiro, o que concordo plenamente. Mas ao mesmo tempo tem uma posição incoerente e dúbia que o jornal **Brasil Agora** deveria criticar, que é a aliança com o PSDB. FHC faz o jogo das elites a ponto delas ficarem estimulando uma coligação com o PFL. É um absurdo. Lula, Genofino e Cia. buscarem esta aliança demagógica. Até o povão percebe esta contradição.

Mudando completamente de assunto, quero reafirmar que quem remete carta à coluna Diálogo deseja que a sua carta seja publicada. Por isso peço, encarecidamente, que publiquem todas as cartas remetidas a vocês, mesmo que seja preciso aumentar o tamanho da coluna, como por exemplo usar duas páginas.

Fábio Machado de Freitas
Rio de Janeiro, RJ

Bobssauro

De forma odiosa, o senador Roberto Campos insiste em denegrir a imagem da Petrobrás, tachando-a, inclusive de "Petrossauro".

Ele é que é o próprio "Bobssauro", pai da correção monetária, monstro, que há 30 anos faz a festa dos banqueiros e mata o povo de fome.

José Carlos de Lima e Souza
Niterói, RJ

Entrevista I

Estou indignado com a análise do intelectual Chico de Oliveira a respeito dos 30 anos para a aposentadoria dos professores. Afirmar que com 30 anos de trabalho estaremos no auge de nossa performance profissional, me causa espanto!

Imagine um professor com uma carga horária de 40 horas semanais, com aproximadamente 700 alunos, 20 salas de aula, provas bimestrais, preparo de aula, diários de classe, não vou entrar no mérito do trabalho, e ainda militante do PT etc.

A etnia dos *homus intelectuais* insiste em não enxergar a realidade. Imaginem o professor Chico de Oliveira deputado federal votando na Revisão Constitucional a favor de 40 anos para a nossa minguada aposentadoria! Por isso, desde o início digo não à Revisão.

Antonio Lopes
São Paulo, SP

Entrevista II

Fiquei indignado com a entrevista do Sr. Francisco de Oliveira, na *Folha de S. Paulo* do dia 6 de março. Além de bajular de maneira exagerada Fernando Henrique Cardoso, ele fez críticas grotescas à direção nacional do PT, em especial ao Rui Falcão, vice-presidente do partido.

Gostaria de recordar que Golbery do Couto e Silva também tinha seu brilhantismo intelectual, visto do prisma do regime militar.

O que é fundamental para nós da classe trabalhadora é saber quem está ao lado dos interesses populares. Não é o caso de Fernando Henrique Cardoso, que se vendeu faz tempo. FHC se elegeu senador em 1986 com o dinheiro do quercismo e com o estelionato eleitoral do Plano Cruzado. Teve um namoro discreto com Collor e, atualmente, articula um conchavo com o filho do Toninho Malvadeza, para vice na disputa eleitoral.

Acho estranho a abertura que a grande imprensa dá a esta ala insólita do PT, que fica fazendo da *Folha* e de outros grandes meios de comunicação a tribuna de debates do PT.

Creio que o Diretório Nacional deveria criar uma norma segundo a qual os "ditos petistas" deveriam pedir autorização para falar à imprensa, em nome do PT. Caso contrário, jogaremos pela janela a maior oportunidade na história de um candidato de esquerda chegar ao poder por via eleitoral.

Vagner Roberto de Lima
São Caetano do Sul, SP

Panfletário, não!

Estou escrevendo para dar uma sugestão e fazer duas críticas. A primeira é sobre a seriedade do jornal. Não cabem nele charges como aquela do Itamar com a Lilian Ramos, ainda mais com a chamada de capa. Deixem isso para as Cassetas Populares da vida. É preciso bom gosto e seriedade num jornal que quer ser o grande divulgador das nossas campanhas eleitorais. Jornal do PT não pode ser de baixo nível.

A segunda é sobre o conteúdo. **Brasil Agora** tem sido um jornal político, mas agora tá virando um jornal panfletário, pelo menos em certos artigos. Não dá para usar chavões num jornal que quer informar com seriedade. Emprestei o jornal a dois colegas (gente de classe média, como eu, mas não petistas), e eles me devolveram comentando que o jornalzinho está fraco. E têm razão. Esse jornal tem que ser para a difusão entre o grande público, não para afirmar posições do PT. Ele não pode se tornar um boletim interno do partido, assim como não pode tornar-se uma espécie de "diário oficial". Façam um jornalismo de boa qualidade, como estava o jornal até o ano passado, e a partir daí o público aumentará na certa.

Enfim, a sugestão: distribuir gratuitamente um adesivo do tipo, "Eu leio **Brasil Agora**", fazendo menção ao PT ou à campanha Lula. Mas tem que ser rápido, antes que as campanhas cheguem à rua.

Pedro A. R. Oliveira
Juiz de Fora, MG

Exemplo gaúcho

Em março de 1993, os metalúrgicos de Porto Alegre deram um passo importante na solução do grande problema da moradia. Foi fundada a COOMETAL - Cooperativa de Produção e Manutenção de Morádias dos Metalúrgicos de Porto Alegre, para 500 famílias. Os companheiros aeroviários, desde outubro, integraram-se ao projeto.

Através da poupança prévia os sócios pagaram o terreno e projetos. O pedido de financiamento se encontra na Caixa Econômica Federal. Muito mais do que construir morádias, o ideal do projeto, construído democraticamente como manda o princípio cooperativista, é a organização de toda a rede de serviços, supermercado, creche, padaria, farmácia, organizando com isso um sistema de abastecimento também alternativo. O projeto está sendo assessorado pela Arcoo, Arquitetura e Cooperativismo e com o apoio do Fórum Sindical da Habitação do Demab da prefeitura de Porto Alegre.

Élio Fernandes da Silva
Porto Alegre, RS.



BRASIL
AGORA

Diretor: Markus Sokol - Editor: José Américo Dias - Editor de Arte: Pedro Lyrio - Diagramação: Fábio Lyrio - Redação: Antonio Martins, Flávio Aguiar, Hamilton Cardoso, Valter Pomar, Adélia Chagas - Sucursal Rio Grande do Sul: Luciane Fagundes, José Luiz Lima e Marco Antônio Schuster. Capítulos e Revisão: Colaboradores: Alan Rodrigues, Alípio Freire, Aloisio Morais, André Singer, Antonio Carlos Fran, Antonio Carlos de Queiroz, Clóvis Castro, Bernardo Kucinski, Bruno Altman, Carlos E. Carvalho, Celso Harra, Célio, Cintia Campos, Cláudio Schuster, Denise Neumann, Edmilson de Souza, Emir Sader, Eugênio Buccil, Fernanda Estima, Fernando Paiva, Flamarion Maués, Flávia de Sampaio Leite, Flávia Laureiro, Flávia Pachalki, Genaro Urso, Hello Silva, Ivan Seixas, Isaac Akcelrud, João Machado, José Rocha, Juan Pezzutto, Juarez Guimarães, Justino Pereira, Kipper, Linete Martins, Luscar, Manoel Alvarez, Márcia Braga, Márcia Moreira, Marco Aurélio Garcia, Marcos Soares, Maria Lúcia Brandão, Mario Augusto Jakobskind, Maringoni, Marisa Meliani, Marisa Dias Costa, Miadaira, Milton Fogo, Nelson Rios, Nilmaria Miranda, Norma Sueli O. Reis, Nora Napoli, Oni, Pato, Patrícia Cornilis, Paulo Barbosa, Paulo Roberto Ferreira, Paulo Zilbermann, Pedro Ortiz, Perseu Abramo, Raimundo Pereira, Rogério Schilli, Rui Falcão, Sérgio Canava, Sérgio Sister, Walter Ono, Wladimir Pomar. A opinião dos articulistas não reflete necessariamente a linha editorial do jornal.

Brasil Agora é uma publicação quinzenal da Editora Brasil Agora Ltda. - Alameda Glete, 1409 - CEP 01215 - São Paulo (SP) Fones: 220-7718/223-0959 - Fax: (011) 222-7761 - Administração: Luiz Maier - Assistente: Ivaniida Alves - Gerência Comercial: Luiz Maier - Circulação/Assinaturas: Ana Maria Alves - Banco de Dados: Gilberto Genestra - Coordenação de Vendas S.P.: Milton Fogo - Assinaturas: Rio de Janeiro: Paulo Saldan (021) 242-0793, Fortaleza: José Vital (085) 252-1992, Porto Alegre: Talles da Rosa (051) 221-7733, Belém: Rui Santana, José Maria R. de Souza Filho (091) 224-8579, Belo Horizonte: Antonio Borges (Cebola) (031) 222-3735, Florianópolis: Wolney Chucre (0482) 24-1148 - Expedição: João A. Guevara - Serviços Gerais: Eliandira M. Ferreira, Fernando S. Siqueira, Lucilene B. Silva, Marcelo L. C. Pontes. Impressão: DCI EDITORA - Distribuição: Dinap S/A - Tiragem desta Edição: 35.000 exemplares. Jornalista Responsável: José Américo Dias

Sem mistérios

Em primeiro lugar, é preciso desfazer um falso mistério: o movimento PT Amplo Urgente Lula Presidente - impropriamente apelidado pela imprensa de "movimentos dos intelectuais" - não é uma iniciativa desta ou daquela tendência interna, deste ou daquele parlamentar, nem mesmo de alguns dos intelectuais de renome que subscrevem a convocatória para o seu ato de lançamento. Na verdade ele começou a nascer a partir de uma conversa informal entre os três petistas que assinam este artigo. Ao assumirmos isso publicamente, não pretendemos reivindicar nenhum mérito, mas apenas colocar um ponto final nas especulações que tentam reduzir esse movimento a mais um lance da luta interna do partido, atribuindo-lhe segundas ou terceiras intenções.

Exatamente como diz o seu manifesto de lançamento, "preocupados com recentes posições da direção partidária" e afastados há algum tempo da militância interna, resolvemos reunir alguns amigos que se encontravam em situação semelhante para ver o que poderíamos fazer para interferir nos rumos do partido e da campanha presidencial. Dessa reunião surgiu a idéia de convocarmos uma outra maior (50 pessoas, imaginávamos então), já que tínhamos plena convicção de que não éramos os únicos petistas inquietos e carentes de canais de participação.

Passamos então a contatar alguns companheiros mais amplamente conhecidos a fim de convidá-los para a reunião e solicitar-lhes que assinassem conosco a sua convocatória, a fim de facilitar a identificação dos seus promotores. A receptividade que encontramos não apenas por parte desses companheiros como de outros menos célebres superou em muito as nossas expectativas. Hoje, estamos convencidos de que as 250 pessoas que compareceram ao ato de lançamento do movimento representam apenas uma pequena parcela dos petistas identificados com os seus objetivos.

Satisfeita a curiosidade daqueles

que insistem em saber quem estaria "por trás" desse movimento, podemos passar agora ao mais importante, que é, ao nosso ver, o que ele expressa. Antes de mais nada, queremos deixar claro que não temos qualquer procuração para falar em nome do movimento e absolutamente não nos consideramos donos pelo fato de tê-lo iniciado. O que se segue, portanto, é a nossa visão pessoal, num esforço sincero para refletir as conversas e discussões mantidas com seus participantes.

Embora muitos companheiros que discursaram no ato de lançamento tenham feito questão de reafirmar a

legitimidade da direção do partido, outros tantos preferiram exercer o seu direito também legítimo de crítica, manifestando discordâncias em relação a alguns de seus posicionamentos. Dentre esses, foram citadas a proibição dos parlamentares petistas de participarem da revisão constitucional, as resistências à ampliação do leque de alianças em torno da candidatura Lula e uma certa dificuldade em conviver com a pluralidade existente dentro do partido. Soma-se a isso, ainda, a forte estranheza causada por determinadas propostas do anteprojeto de programa de governo veiculado pela imprensa em nome do PT.

Não acreditamos, porém, que as críticas à direção do partido tenham sido a principal motivação do comparecimento ao ato. Mais do que isso, havia, de um lado, o desejo de participar da vida partidária nesse momento tão decisivo e, de outro, a constatação de que os canais hoje existentes não conseguem absorver essa participação. Afinal, não há como negar que esses canais são controlados pelas tendências organizadas. O que dificulta extremamente a expressão dos "cidadãos petistas" comuns como a grande maioria dos que lá estiveram. Face a isso, o manifesto do movimento não se limita a conchamar ao fortalecimento das instâncias partidárias institucionalizadas, mas procura apontar novas formas de participação para essa cidadania petista.

Entretanto, é sem dúvida a eleição e sobretudo o provável governo Lula que ocupa o centro das preocupações dos participantes desse movimento. A proposta de criação de Comitês Lula Presidente contidas no manifesto reflete o desejo de levar a campanha para as ruas, abrindo para toda a sociedade. Ela pressupõe, porém, uma identificação prévia do conjunto do partido com os conteúdos a serem veiculados. Daí a proposta de criação de fóruns de debate mais amplos em torno da estratégia da campanha e do programa de governo.

Essas são, ao nosso ver, as principais mensagens desse movimento que, de resto, podem ser facilmente captadas por aqueles que se dispõem a ler seu manifesto de lançamento, antes de procurar decifrar as suas entrelinhas. É óbvio que o seu significado será sempre passível de outras interpretações. De qualquer maneira, acreditamos que os próprios desdobramentos do movimento se encarregarão de confirmar ou negar as versões divulgadas a seu respeito. De nossa parte, é tudo o que desejamos.

* *Geraldo Siqueira Filho,
Maurício Broinizi Pereira
Paulo Sérgio Muçouçah*
cidadãos petistas.



Um abaixo-assinado e uma carta, além de alguns telefonemas à redação protestaram contra uma história em quadrinhos de minha autoria publicada na edição retrasada do Brasil Agora, onde se tratava da degradingolada política, econômica e sobretudo humana por que passa o Brasil. Neles se alega que um dos quadrinhos - reproduzido também na capa do jornal e erroneamente chamado de "charge" - desrespeita "todas as mulheres", é "grosseiro e indigno de ser publicado neste jornal" e que contém "palavrões" além de insinuar que fronteiras éticas "que decorrem do respeito e da solidariedade" teriam sido rompidas.

Calma, gente. Não vamos tomar a parte pelo todo e nem o todo pelo engodo. O quadrinho em questão é apenas fragmento de uma narrativa que tenta interligar diversos aspectos de nossa crise crônica, evidenciando a saída que as elites têm a oferecer no balcão. As pessoas que reclamaram misturaram alhos com atos falhos e reclamaram da fatia e não do bolo. Brigaram com a representação do fato e não com o fato em si, como se este

não existisse e não tivesse importância, apesar da imensa repercussão no país e no exterior.

Chega a ser hilária a afirmação contida no abaixo-assinado de que "todas as mulheres foram desrespeitadas". Como aferiram isso? Com base em que pesquisa? Os signatários se arrogam a ter uma representação que de fato não possuem e indiretamente tomam a defesa de Lilian Ramos ao considerá-la desrespeitada pelo quadrinho. Ou seja, ao supostamente "desrespeitar" Lilian Ramos, desrespeita-se por extensão a "todas as mulheres". Resta saber, como diria Garrincha, se "todas as mulheres" estão sabendo disso. O tal "desrespeito" a Lilian Ramos também é bastante discutível. Foi o qua-

drinho que a desrespeitou ou foi ela mesma ao se expor como se expôs?

Maria Otília Bocchini vai mais longe. Alega que a história contém "palavrões". Li e reli os quadrinhos a cata de algum que, num tresloucado gesto, pudesse ter cometido e não encontrei um sequer. É claro que a missivista não se refere à "grandes lábios", expressão científica encontrável em qualquer inocente compêndio de anatomia.

O autor dos quadrinhos, ao contrário do proclamado, não se deixou levar pela "onda de machismo, de chacota e de baixo nível da grande imprensa". E também não se deixou envolver pela onda puritana, moralista e estreita que ainda acomete setores da esquerda.

Seria mais interessante que a virulência fosse dirigida para alvos mais importantes, como as revistas e jornais de grande circulação e as emissoras de TV que - estas sim - desqualificam e apresentam a mulher como mero objeto de abeto consumo sexual. Quando fizerem isso, podem contar com minha irrestrita e modesta contribuição. Sei que é chato explicar uma piada, mesmo que ela seja ruim. Mas às vezes é necessário.

Gilberto Maringoni

P.S. Quero revelar aqui, em primeira mão, que não fui eu quem tirou a calcinha de Lilian Ramos.

NOTA DA REDAÇÃO

Uma viagem a El Salvador, representando o PT, impediu o editor de *Brasil Agora*, José Américo, de participar do fechamento desta edição que ficou a cargo da redação e colaboradores

Explicando a piada

Mais bonito do que pintam

A primeira versão do Programa de Governo petista é atacada pela imprensa



O PT lançou oficialmente no dia 14 de março a primeira versão do seu Projeto para Discussão do Programa de Governo. Até a aprovação no Encontro Nacional do partido, nos dias 29 e 30 de abril e 1º de maio, esperam-se muitas propostas de modificações. Como a própria apresentação do Projeto avalia, o texto apresentado para o debate ainda é precário, tem lacunas fundamentais (ainda não estão incluídos os temas de cultura e ciência e tecnologia, por exemplo), é produto de uma discussão muito desigual (em algumas questões reflete um acúmulo importante do partido, em outras as propostas são quase individuais). Além disso, qualquer coisa aprovada nos Encontros do PT tem sempre de passar por muita polêmica e a tradição é qualquer texto sofrer muitas emendas.

Está prevista a circulação no início de abril de um caderno de debates com propostas de emendas, o que favorecerá o debate nos encontros estaduais. Depois de 1º de maio a discussão continuará, com a sociedade e os partidos que vierem a compor a coligação que dará apoio a Lula.

Mas de qualquer maneira, já está claro o perfil geral do Projeto de Programa. O título geral é definidor: "1994 - Lula Presidente - Uma revolução democrática no Brasil". E o primeiro capítulo, que introduz a proposta, pode ser sintetizado na idéia de que o país vive uma das suas maiores crises, em que além dos problemas cíclicos e conjunturais se expressa "o esgotamento dos grandes projetos burgueses - o do desenvolvimentismo nacionalista e o do neoliberalismo", o que "abre caminho para o projeto democrático e popular". Para sua implementação, será preciso "transferir as responsabilidades das elites falidas que governaram secularmente este país para um bloco de forças hegemônicas pelos trabalhadores da cidade e do campo, reunin-

do intelectuais, profissionais e técnicos, pequenos e médios empresários". Com este bloco de forças chegando à direção da nação, perderão os grandes monopólios e oligopólios, o latifúndio e os interesses externos. "O programa deve deixar claro que se acabou a era da conciliação que só beneficia a uns poucos", desafia o texto introdutório. A democratização radical da sociedade será combinada com a redistribuição da renda e da riqueza. Este programa - democrático e popular - "articula-se com os objetivos estratégicos socialistas do PT". Os eixos são a democratização do Estado e da sociedade e uma reorientação radical da economia.

Na questão democrática, a grande novidade do projeto é começar por um capítulo que trata da participação popular como "princípio que atravessa toda a nossa concepção de organização da sociedade e do Estado" e da universalização da cidadania, com a luta contra todas as formas de discriminação. Esta concepção da participação popular significa, de fato, um esforço para começar uma mudança drástica das instituições políticas, reduzindo a tradicional separação entre governantes e governados, entre "classe política" e aparato de Estado, de um lado, e o povo, do outro, que sempre facilitou a dominação das majorias por minorias. Pela importância que isto tem para o projeto de programa, este deverá ser um dos itens melhor desenvolvidos, aproveitando experiências de administrações petistas, como a dos "orçamentos participativos". A reunião desta questão com a da luta contra as discriminações, englobando ambas na construção de uma nova cidadania, universalizada, dá um conteúdo radical à democracia.

No plano econômico, o eixo da proposta é o início de um novo ciclo de desenvolvimento, baseado na construção de um mercado interno de massas.

Isto exigirá, naturalmente, distribuição de renda e reorientação da própria estrutura produtiva. Serão medidas essenciais para tornar possível esta reorientação: acabar com o "modelo pagador da dívida externa", responsável por muitos dos desequilíbrios fundamentais da economia, pela redução dos salários, etc; reorientar o setor financeiro, eliminando a "ciranda" e o favorecimento da especulação; realizar uma reforma agrária que torne possível a cidadania para os trabalhadores rurais e quebre o poder político do latifúndio; desprivatizar o Estado; definir políticas industriais e agrícolas coerentes com o modelo de desenvolvimento proposto; ampliar e reorientar os gastos sociais; e o que é o pressuposto de todas estas mudanças: conseguir o engajamento ativo da população, generalizando formas de controle social sobre a vida econômica, aumentando o poder de barganha e de influência dos setores populares.

DISTORÇÕES

O tratamento que a grande imprensa tem dado ao projeto de programa do PT não dá nem de longe idéia deste conteúdo. A imprensa não pode deixar de tratar do programa do PT - tanto porque Lula lidera as pesquisas, como porque o PT é o único partido que está apresentando para debate na sociedade um projeto de programa. Mas a imprensa pode falar do programa escondendo-o ao mesmo tempo.

Num primeiro momento, a imprensa privilegiou os aspectos mais polêmicos internamente ao partido - o tratamento específico a dar a dívida externa, as Forças Armadas, a articulação da proposta com o socialismo. Chegou-se a inventar ou ampliar as divergências e suas consequências: Lula teria encarregado Alofio Mercadante de corrigir o programa (excessivamente radical), os intelectuais do partido estavam se organizando contra a direção e contra o projeto de programa etc. Estas intrigas deram resultados parcos, dado o apoio bastante amplo que os principais pontos do programa tiveram na direção do partido, e dado que ninguém até agora apresentou alguma proposta de reorientar o projeto.

Agora, depois da apresentação da

primeira versão do projeto de programa, a imprensa se concentra em temas que não são muito polêmicos internamente mas podem prejudicar a relação do PT com as igrejas, especialmente a Igreja Católica: o aborto e o casamento de homossexuais. Ora, o que o projeto diz a respeito está numa das partes fundamentais do projeto, a que trata da luta contra as discriminações e a universalização da cidadania. Tudo isto está no coração da "revolução democrática" proposta pelo PT. E as propostas são na realidade muito moderadas: sobre o aborto, o programa não está propondo a descriminalização, posição amplamente majoritária do partido. Propõe simplesmente que se "regulamente o atendimento do aborto em condições seguras através do serviço público". Regular significa, naturalmente, garantir que se cumpra a lei - que autoriza a prática do aborto em casos de gravidez resultante de estupro ou de ameaça à vida da mulher; e garantir o atendimento para salvar mulheres que fizeram aborto nas condições precárias impostas pela clandestinidade. O sentido da proposta não é evidentemente utilizar o aborto como método anticoncepcional, ou de ser uma "posição contra a vida"; contra a vida são os que cinicamente recusam estes cuidados mínimos às mulheres, que querem portanto continuar engordando as estatísticas de mortes de mulheres a partir de abortos.

Quanto ao "casamento de homossexuais", o projeto, se opondo à discriminação por orientação sexual, defende "iniciativas de modificações legais garantindo os direitos de casais homossexuais no que diz respeito ao contrato de união civil, previdência social, partilha de bens e herança". Trata-se de uma área em que já existe inclusive jurisprudência favorável no Brasil.

Nestas questões o PT deverá esclarecer o que propõe - mas recuar não é possível, pois comprometeria o coração da idéia de "revolução democrática", de "universalização da cidadania".

João Machado

Coordenador-adjunto da Comissão de Programa do PT

EXTRA: 296 CONGRESSISTAS AUMENTAM O PRÓPRIO SALÁRIO!!!



Confusão General

O projeto de Programa distribuído pelo PT contém um erro grave: não foi publicada a emenda, aprovada por unanimidade da Executiva nacional, a cerca das Forças Armadas, mas sua versão anterior. Brasil Agora publica os principais trechos do texto correto:

(...) Durante décadas as FFAA brasileiras definiram como seus inimigos a Argentina, na esfera continental, a União Soviética e o "campo socialista" na esfera mundial e a "subversão" ou inimigo interno no plano nacional.

Com a Argentina e demais países do Cone Sul mantemos há anos uma política de parceria que deverá abranger crescentemente as esferas econômica, política e cultural(...)

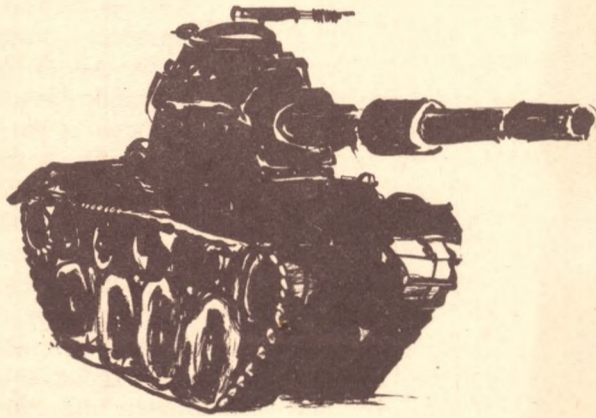
Com o fim da "Guerra Fria", perdeu significado o conflito leste/oeste que fazia do Brasil um aliado militar dos Estados Unidos na sua cruzada contra o "perigo comunista", o "império do mal".

Antes mesmo que ocorressem as cruciais mudanças políticas internacionais de fins dos 80 e começos dos 90, já havia indícios que as tensões internacionais se situariam em uma perspectiva Norte-Sul, como se explicitou na Guerra das Malvinas e, mais tarde, no conflito do Golfo.

O processo de democratização do Brasil sepultou a tese do inimigo interno. Cresceu o sentimento de que às

Forças Armadas compete a defesa das fronteiras do país. Por esta razão, a Constituição deverá retirar a "manutenção da ordem interna" das atribuições das FFAA(...)

A defesa da soberania nacional é uma responsabilidade do conjunto da sociedade e não exclui, pelo contrário



enfatiza, a necessidade de uma política de defesa, democraticamente definida e, em consequência, Forças Armadas

reestruturadas e capacitadas para implementá-la. Por esta razão não é possível manter a atual situação de sucateamento dos equipamentos militares e de seu corpo de soldados, suboficiais e oficiais.

O Brasil faz um opção clara pela solução pacífica dos conflitos internacionais. A base para a redefinição e capacitação das FFAA é a convicção de que a democracia supõe o fim de qualquer tutela militar sobre a sociedade e sobre o Estado(...)

No quadro de uma agressão externa, que configure um estado de guerra, as Forças Armadas não têm hoje nível de prontidão nem capacidade operacional que permitam respostas oportunas e eficazes, mesmo de alcance limitado, em face de agressão ao território nacional ou de ameaça a um

interesse vital. Com uma política consistente de defesa é possível recuperar a médio prazo a capacidade operacional das FFAA(...)

O Brasil deverá pensar sua presença nas relações internacionais na perspectiva de um Estado que busca maximizar sua autonomia estratégica nas relações de força mundiais, sobretudo nos espaços da América do Sul e do Atlântico Sul(...) num esforço orientado para dotar o Brasil de capacidade de defesa autônoma, mesmo apoiada em força militar de alcance limitado, mas com satisfatório nível dissuasório, portanto com prontidão e operacionalidade para responder às exigências de uma política de defesa.

O Brasil tem limitações no uso da força militar. Não existem hoje ameaças perfeitamente caracterizadas aos interesses nacionais que justifiquem seu emprego. Como as prioridades nacionais são sobretudo sociais, a política de defesa deve ser formulada de forma subordinada aos objetivos do desenvolvimento e da democracia no país.

Para tanto impõem-se as seguintes medidas:

- criação do Ministério da Defesa (MD) para garantir a unidade na execução da política de defesa, reduzindo os interesses corporativos de cada força na sua implementação. A criação do MD será resultado do processo de reforma administrativa mais geral;
- profissionalização dos quadros militares, como decorrência da necessidade de dotar as FFAA de capacidade de pronta resposta. Para tanto será adotado o serviço militar voluntário. A profissionalização supõe valorização da função militar que permita um recrutamento de bom nível;

- reaparelhamento progressivo das FFAA, orientado para garantir sua mobilidade tática e estratégica, em consonância com as prioridades sociais do Governo Democrático e Popular;

- estudos para estabelecer a continuidade, com revisão que permita compatibilizá-los com a nova política de defesa dos principais projetos militares.

- o Programa Autônomo de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear prosseguirá a partir do suposto explícito de que o Brasil enfatiza sua renúncia em construir armamentos nucleares e honrará os acordos e tratados internacionais que firmou sobre a matéria. Este programa, compartilhado por civis e militares, estará subordinado ao controle do poder civil.

- rearticulação e reorganização do dispositivo militar de acordo com as prioridades definidas pela nova política de defesa, com a criação de comandos combinados, sobretudo em áreas prioritárias;

- a criação de uma força de ação imediata, com meios terrestres, aéreos e navais, decorrente da política de defesa aqui proposta, bem como o Ministério da Defesa, serão objetivos a serem atingidos no curso do governo democrático e popular.

Para alcançar estes objetivos programáticos, o governo enviará ao Legislativo iniciativas:

- para criar o Ministério da Defesa;
- para criar o serviço militar voluntário.

O custo de um tal programa de defesa será suportado pela considerável racionalização dos gastos que tais medidas acarretarão, respeitadas as prioridades sociais do governo democrático e popular.

Militares e dívida provocam polêmica

Eduardo Jorge, deputado federal do PT-SP, considera o programa para as forças armadas contraditório e argumenta: "Primeiro é inviável, quanto ao orçamento. O governo Lula tem que priorizar a saúde, o combate à fome e educação e portanto não comporta o gasto que será dispensado com as Forças Armadas". E complementa: "A proposta contradiz frontalmente o capítulo do programa sobre as Bases Ecológicas para o Desenvolvimento."

Do ponto de vista ideológico, considera a proposta reacionária, por colocar os militares como avalistas da independência nacional. Quanto a questão política, o deputado afirma: "O programa amesquinha o papel que o Brasil pode ter em uma ordem mais democrática e na prática permite que os Estados Unidos continuem dominando a ONU."

Sua proposta é que o Brasil se declare formalmente como um país pacifista e que renuncie unilateralmente ao uso da violência militar. Em um segundo momento reduziria as atuais Forças Armadas a um pequeno contingente, chamado "Força de Paz" ou "Força de Auto Defesa". O projeto prevê a extinção dos ministérios militares e enquanto, isso não for possível, propõe um único órgão subordinado ao Executivo com pessoal reduzido e profissionalizado, que teria também um acompanhamento do Legislativo.

Quanto aos projetos AMX, Calha Norte, submarinos, tecnologias nucleares, o deputado analisa: "Nós da bancada sempre combatemos sistematicamente tanto a questão orçamentária, como do ponto de vista ideológico".

SUSPENSÃO IMEDIATA

Odilon Guedes, economista e vereador de São Paulo, considera que o PT "sempre defendeu a suspensão da dívida, e agora o programa coloca primeiro a auditoria e depois a suspensão. Defendo que o processo seja simultâneo".

Quanto aos argumentos que sofreremos retaliações internacionais se o pagamento for suspenso, Odilon Guedes faz um contra-ponto: "Nós pagamos, para investimentos a médio prazo, 4% acima do mercado internacional, o que acaba atraindo o capital estrangeiro, porém gera inflação". O vereador diz que não se convence que os efeitos de eventuais retaliações provocarão uma situação pior do que a atual. E quantifica o montante enviado para os bancos internacionais - 10 a 12 bilhões de dólares anuais - quatro vezes o orçamento da cidade de São Paulo, que é maior do que o do estado do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais.

Uma vez feita a auditoria, o vereador afirma: "Temos que pagar os empréstimos que foram utilizados para

obras como hospitais e estradas, mas em hipótese alguma o que cresceu a dívida acima dos juros de mercado".

Marcos Sokol da Executiva Nacional do PT, considera que o tratamento do programa para a dívida é um "retrocesso injustificado" e "a análise do cenário internacional como mais favorável é falsa". Sokol acredita que a suspensão pode ser utilizada como uma "cara feia" para assustar aos credores e consequentemente forçar a negociação.

"Temos que ter uma política realista e plausível, vamos negociar o que? Saúde ou Educação? Isso não pode acontecer". A proposta de Sokol prevê uma aliança ampla, uma frente internacional dos países devedores para promover a auditoria e mostrar a ilegitimidade da dívida e adotar a suspensão do pagamento. E mais: propõe um plebiscito interno, para que a população dê o seu recado.

INFLAÇÃO

José Luiz Fevereiro, da Executiva Nacional do PT, considera que a inflação não é um fenômeno autônomo. A inflação só pode ser equacionada dentro de uma lógica global, sem esquecer o quanto é fundamental a distribuição de renda. "Não podemos cair em uma utopia de primeiro estabilizar e depois redistribuir renda". Se isso ocorrer, o PT cairá numa lógica neoliberal e "tra-

rará como proposta uma versão melhorada do plano FHC 2". Zé Luís lembra que o último parágrafo do item 42 do programa diz que a "combinação de instrumentos de política antiinflacionária não pode ser formulada com precisão enquanto não estiver definida a conjuntura em que o novo governo assumirá, bem como os problemas que serão herdados". Ou seja, o programa deixa em aberto a questão do combate à inflação, abrindo a possibilidade do governo Lula começar do zero, em 1995, uma discussão sobre o processo inflacionário. Fevereiro propõe uma emenda para não deixar em aberto essa discussão.

Adélia Chagas



A Caravana prossegue

Lula visita 43 municípios em doze dias de viagem pelo alto sertão

Mais uma caravana da cidadania está em curso. A região escolhida, desta vez, é o nordeste brasileiro. A partida aconteceu dia 19 de março e estão sendo visitados quatro estados: Piauí, Ceará, Paraíba e o Rio Grande do Norte. A caravana percorrerá 43 municípios em doze dias.

Além de verificar todos os problemas da seca do nordeste, a caravana visitará projetos inovadores, pouco comentados no sul do país. Viajará até a região litorânea, terá contato com a atividade pesqueira e conversará com os trabalhadores e técnicos da Petrobrás.

Em Tauá (Ceará), por exemplo, a seca obrigou os moradores a inventarem um tipo de cisterna que recolhe a água da chuva - a única alternativa boa para beber, porque o município não tem rios e não pode ficar na dependência dos carros pipa.

Já o sertão central é uma área onde há *baixinhos* - nome dado na região para as várzeas - terras férteis utilizadas para uma cultura não voltada para a população local. O plantio é de banana, controlado por empresários.

Ainda no Ceará, a Caravana passará também por duas cidades administradas pelo PT, Quixadá e Icapuí, famosa pelo prêmio que ganhou da ONU e da Unicef como modelo de educação. No município de Madalena, no qual o



prefeito é do PDT e a vice do PT, Lula debaterá em um grande assentamento dos sem-terra.

Em Limoeiro do Norte, a Caravana vai conhecer o projeto da cooperativa Jaguaribe-Apodi, que começou em 1986, quando construíram um canal de 14 quilômetros para trazer a água do rio Jaguaribe. A terra foi ocupada e depois legalizada. São 2.500 hectares cultivados. A iniciativa gera empregos aos trabalhadores e, de acordo com a sua produção, eles se tornam sócios da cooperativa. Hoje, 600 pessoas plantam feijão, arroz, milho e abastece toda a região. O controle da produção já está totalmente informatizado.

Em Cajazeiras, sertão da Paraíba, Lula encontrará pequenos empresários ligados ao comércio e a serviços; além de uma outra atividade no sindicato rural com os agricultores.

No Rio Grande do Norte, a caravana voltará a discutir o problema da seca e passará também por áreas de exploração de minérios. Em Mossoró, área de sal, petróleo e comércio, os integrantes da caravana conhecerão a produção de açúcar, melão, manga e acerola. Na capital, Natal, o evento será com empresários para discutir o turismo.

Adélia Chagas

SÃO PAULO

Boom malufista

Prefeito altera o orçamento para beneficiar empreiteiras

Paulo Maluf alterou o Orçamento de 1994 da capital paulistana, depois de aprovação na Câmara Municipal. A intenção: priorizar a Secretaria de Vias Públicas e arrochar o repasse para as áreas sociais. Esta operação, porém, teria que aparecer de forma camuflada para não contradizer o discurso malufista. Para isso a prefeitura tramou a seguinte tática: de forma ilegal, somou ao orçamento do município um empréstimo de 400 milhões de dólares a contratar - o que significa que o prefeito pode iniciar mais obras sem necessariamente existir o crédito e consequentemente desviar o dinheiro arrecadado para pagar as obras.

De acordo com o orçamento aprovado pelos vereadores, a área social receberia um percentual de 44,04%. Devido a junção daquele empréstimo (que não entrou no cofre municipal) no orçamento este número se reduziu a 39,53%. No setor de obras públicas, o percentual de 30,71%, inchou para 37,27% "Maluf simplesmente rasgou a lei orçamentária para priorizar as grandes obras", denunciou o vereador

petista Odilon Guedes. A atitude tem um agravante a mais: como a verba não é proveniente da arrecadação do município, o legislativo não tem como controlar o repasse.

"Esta adjunção (soma do empréstimo no orçamento) provocará um super endividamento nos cofres da prefeitura, porque a prefeitura com certeza não conseguirá este empréstimo", analisou Francisco de Assis Franco, assessor do vereador petista.

Além de cometer esse ato ilegal, a média do orçamento de 1994 cresceu em 41,18% - nos últimos cinco anos, a média foi de 2,50 bilhões de dólares; a malufada o elevou para 3,60 bilhões - e com a soma da adjunção o orçamento está previsto em 4 bilhões.

Além de gastar em obras com um dinheiro que não virá, o prefeito e sua assessoria consideraram que o Brasil viverá em 1994 um verdadeiro boom econômico. Com exceção do IPTU que renderá mais 95,37% de arrecadação se comparado a 1993, as demais fontes do município foram absolutamente superestimadas. Um exemplo disto pode ser verificado no imposto sobre a



Acima, um especialista em malufadas

venda de combustíveis. O aumento previsto supera em 50% o arrecadado durante o ano passado. Para alcançar esse percentual, a frota de São Paulo (4 milhões e 300 mil veículos) precisaria de "apenas" 2 milhões de carros a mais. Nada mal se comparado a estimativa

da produção nacional das montadoras para o ano - 1 milhão de automóveis.

Outro imposto que foi super-valorizado é o chamado de Inter-vivos, cobrado na venda de imóveis. Para a sua arrecadação ser maior, o mercado imobiliário precisaria estar aquecido - o que não é o caso - a não ser para a assessoria do prefeito, que espera receber em 1994 o dobro do arrecadado em 1993.

O desdobramento da manobra malufista já mostrou seus resultados. "As secretarias que possuem gastos previsíveis como pagamento de pessoal e manutenção das instalações teriam que receber no mês de janeiro 8%, já que a divisão da porcentagem se estabelece de acordo com os 12 meses do ano", informou Sérgio Trani, economista que também trabalha com Odilon Guedes. Já em janeiro, tanto a secretaria da Saúde como a da Educação registraram perdas. Receberam apenas 4,2% e 5,4% respectivamente. Enquanto a Secretaria de Vias Públicas angariou 18%.

(A.C.)

Degenerescência de uma espécie

Fernando Henrique Cardoso, o príncipe dos sociólogos, é o escolhido do grande empresariado

O ministro da Fazenda não se chama Gregor Samsa, como no conto de Kafka, mas está vivendo uma metamorfose. Ele, que já foi o "príncipe dos sociólogos", o intelectual que saiu da torre-de-marfim para lutar nas ruas contra a ditadura no final dos anos 70, está virando um valete dos empresários da FIESP e dos caciques do PFL. Metamorfose talvez não seja a palavra certa. De fato o que se observa é a degenerescência de uma espécie. Fernando Henrique, um vistoso tucano, ave trepadora da família dos ranfastídeos, especialista em pilhar ninhos alheios com seu longo bico, está se transformando num urubu-ministro (*Cathartes aura ruficollis* Spix), conhecido por se alimentar de carniças — a palavra lembra os "carlistas", os cor-religionários de ACM, os esquemas políticos do PFL em decomposição.

Até mesmo as publicações dos monopólios já perceberam a sua mágica. "O ministro Fernando Henrique Cardoso é o candidato dos sonhos do anti-Lula com o charme único de quem agrada à FIESP e ao FMI, já foi exilado na Sorbone e tem alunos que fundaram o PT", escreveu recentemente a revista **Veja**. "O professor Cardoso conduz sua campanha com movimentos que sugerem um Tancredo Neves tentando virar Paulo Maluf, acrescenta o colonista Elio Gaspari, para quem o ministro, no papel de "Tancred", seria a primeira das contrafações políticas a governar o país, desde o final do governo Geisel, porque quer e não porque seja uma nulidade.

DEBATE

Antigos colegas do ministro têm debatido o esdrúxulo fenômeno na imprensa. O professor José Arthur Gianotti, depois de desancar a esquerda do PT, pontificou na **Folha de S. Paulo** sobre a "racionalidade" e o "efeito regenerador" da candidatura FHC. Em resposta, a professora Maria Vitória Benevides, também do Departamento de Filosofia da USP, afirmou que a direita está à procura de um ator seguro e confiável para ser seu candidato à Presidência. "FHC é um excelente ator político, e o magistral timing de seu plano econômico é o melhor exemplo desse talento; se der certo, será um imbatível trunfo eleitoral, se der errado será o principal argumento para uma volta por cima, o único capaz de endireitar o plano, como salvador, aqui d'el rey! Nada melhor para exemplificar a estratégia de um novo elegante populismo".

Para o professor Leôncio Martins Rodrigues, da Unicamp, o PFL é hoje o "aliado natural" do PSDB. O próprio Rodrigues explica que sua avaliação está baseada no seguinte princípio — que só pode ser classificado de cínico — de Joseph Schumpeter: "O primeiro e mais importante objetivo de todos os partidos políticos é derrotar os demais e assumir ou conservar o poder... O partido não é um grupo de homens que



FHC e Michel Camdessus, em Washington

tenciona promover o bem-estar público baseado em algum princípio comum". Já o professor Paulo Sérgio Pinheiro, do Núcleo de Estudos de Violência da USP, considera que a união PSDB-PFL configura uma traição. "Se o PSDB se unir com os herdeiros do coronelismo e do fisiologismo autoritário, jogará fora uma oportunidade histórica de colaborar para desmontar de vez as artimanhas da conciliação, terminar (enfim) a transição brasileira e construir afinal uma ruptura para a democracia".

CAMPANHA

Alheio a este debate Fernando Henrique não está. Tanto que, segundo a **Folha**, o publicitário Roberto Duailibi, da agência DPZ, está fazendo uma série de sondagens de opinião pública para avaliar os danos provocados pela aliança PSDB-PFL. Duailibi informou que se a candidatura decolar, será formado um pool de agências de propaganda, "num movimento de salvação nacional, a exemplo da campanha Tancredo Neves".

Os ataques que o próprio FHC tem dirigido ao PT indicam, por outro lado, a sua estratégia de polarizar a campanha com a candidatura Lula. Durante a viagem que fez a Nova Iorque para renegociar com a direção do FMI, ele voltou a insistir na tecla do "radicalismo" do PT. Disse que até poderia negociar com o partido se não fosse a sua atitude "pretensiosa e equivocada". O problema do PT seria que "o partido tem idéias muito definidas e que se opõem ao curso das coisas. O PT tem a sensação de que, por direito divino, cabe a ele governar o Brasil. E tudo que não for o PT é como se fosse crime de lesa-majestade".

Os resultados desse movimento já começaram a aparecer. Segundo pesquisas do Instituto Vox Populi, FHC já ultrapassou Maluf na corrida presiden-

cial, e está em segundo lugar, com 14% das intenções de voto. Em compensação, Lula já alcançou 35%. O Ibope também registrou a subida de FHC, que agora empata com Maluf em 10%. Lula, por sua vez, subiu três pontos percentuais em relação à penúltima pesquisa, quando tinha 30%.

FAZENDA

No dia 22 de março, quando se fechava esta edição, dava-se como certo que o ministro assume oficialmente sua candidatura no dia 28 de março. O prazo de desincompatibilização vence no dia 2 de abril. Seu substituto preferido, informavam fontes próximas a FHC, é o presidente do Banco Central, Pedro Malan. Mas fontes do Palácio do Planalto diziam que o presidente Itamar Franco prefere o ministro do Meio Ambiente e da Amazonia Legal, o diplomata Rubens Ricúpero, que já foi embaixador em Washington. Não entende nada de economia, mas tem livre

trânsito nos circuitos internacionais.

O grande desafio para FHC é garantir a continuidade de seu programa de estabilização econômica. A visita ao FMI em Nova Iorque a partir do dia 15 teve este objetivo, além da busca de respaldo político para a sua candidatura. O FMI não topou assinar o acordo que o governo brasileiro vem perseguindo há meses, e que serviria de sinal verde para o acerto da rolagem de 35 bilhões de dólares com os bancos privados. Prefere aguardar, se não a posse do próximo presidente, pelo menos o envio ao Congresso do Projeto de Orçamento da União para 1994, que está atrasado, para ter certeza, por exemplo, de que o governo quer mesmo "zerar o déficit público". Em compensação, o FMI emitiu um comunicado de cunho político, anotando um "progresso significativo" nos esforços do ministro em combater à inflação. O comunicado acabou servindo, afinal, para garantir o acordo com os bancos privados e teve, de fato, o sentido de respaldar a candidatura FHC, diante do risco da vitória de Lula, conforme admitiram, várias fontes desses bancos e do próprio Fundo aos jornais brasileiros.

CINEMATOGRAFICO

Saindo do ministério, FHC reassume sua vaga no Senado, para brigar em três frentes: na defesa de seu plano econômico, na tentativa de salvar a Revisão Constitucional e na busca de votos. No último dia 22 ele reuniu em Brasília 200 empresários da FIESP, da Confederação Nacional da Indústria, da Federação Brasileira dos Bancos e de outros setores empresariais, para dar início ao salvamento da revisão. Falou como ministro, como candidato e até como "patriota" (sic). Se o discurso tivesse acontecido um dia antes, poderia ter ganho o Oscar de efeitos especiais ou de maquiagem. Que glamour: um tucano nas penas de um urubu!

Antônio Carlos Queiroz,
de Brasília

COMUNICADO

A Editora Brasil Agora informa que as pessoas relacionadas abaixo não mais representam o Jornal Brasil Agora. Portanto, não mais nos responsabilizamos por assinaturas realizadas pelas mesmas.

Paulo Soldano Filho
Patrícia Borba
Marcos de Oliveira
Ana Cláudia Gonçalves
Alexandre Martins
Eli Bernardes

O engodo social-democrata

Tanto para os tucanos do Campeba quanto para os pefelistas do Ondina, o Estado empresarial é o que importa. O povo que se lasque.

A social-democracia cearense é a filha pródiga de um original processo de reciclagem das elites locais: um movimento iniciado no final da década de 70 por um grupo de jovens empresários, que assumiram a direção do Centro das Indústrias do Ceará (CIC) dispostos a montar e executar um projeto de controle político do Estado, em confronto com as antigas lideranças do coronelismo.



A cabeça do grupo estavam o hoje ministro do Planejamento Beni Veras (visto como o guru de Tasso), ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e Amarílio Macedo, ex-militante da Ação Popular (AP). Tasso, por sua vez, é filho de Carlos Jereissati, que foi senador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nos anos 60.

A pesquisadora Glória Diógenes aponta contradições na motivação desse núcleo empresarial. "Por um lado, a maior parte deles beneficiou-se com a política de incentivos fiscais da Sudene nos anos 70, que constituiu verdadeiras ilhas de prosperidade no Nordeste,

e por outro, colocaram como um dos objetivos fundamentais do CIC o pacto contra a pobreza".

O grupo que formaria, a partir de 1988, o PSDB no Ceará, trabalhou as bandeiras da modernidade —contra o arcaísmo corporificado pelos "coroneis" Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra— e das "mudanças necessárias à erradicação da miséria". Um dos ideólogos do CIC, Inácio Capelo,

explicou as preocupações ditas sociais do grupo: "Quando lutamos pela preservação do poder aquisitivo dos trabalhadores é porque esse modelo que aí existe não sobreviverá, caso o povo continue tendo seu salário cada vez mais dilapidado". Ou, nas palavras concisas de Tasso: "Não existe capitalismo sem consumidor".

Um estudo de Manfredo de Oliveira, professor de Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), sintetiza o ideário do grupo: atacar de cheio o problema da miséria como condição de sobrevivência do capitalismo regio-

nal. É o que eles vão chamar de **capitalismo humanitário**: livre mercado com a presença forte da livre iniciativa (contra o que Beni Veras chamou de burguesia estatal), tendo o Estado como regulador das desigualdades sociais e do desequilíbrio entre as pessoas e as regiões. Numa palavra, defendem que não há perspectiva a longo prazo para o empresariado sem solução do problema social".

FRACASSO

O estudo do professor Manfredo registra o fracasso do projeto quando posto em prática, em razão do agravamento de todos os indicadores de qualidade de vida da população, após quase 8 anos de gestão "mudancista" (governos Tasso e Ciro). Em 1991, numa população total de 6,5 milhões, 37,8% dos cearenses com mais de 10 anos eram analfabetos; 22% das crianças entre 7 e 14 anos não tinham escola; 60,9% das residências não tinham esgoto; 62,7% não contavam com abastecimento de água adequado; 71,5% dos trabalhadores não contribuíam para a Previdência; 61% tinham renda de até meio salário mínimo. Na zona rural, em cada 100 domicílios, apenas 1 conta com abastecimento de água (a média do Nordeste é 10,8). Mais de 3 milhões de cearenses (acima de 40%

da população) vivem em condições de miséria, segundo o estudo.

Para o professor Manfredo, o ajuste fiscal obtido pelo governo Tasso, base da política de atração de investimentos, foi alavancado pela transferência de recursos garantida pela Constituição de 1988 e pelo violento arrocho salarial imposto ao funcionalismo público. No entanto, o sucesso em relação ao desempenho das finanças do Estado e o relativo sucesso no tocante à industrialização não encontram contrapartida nos indicadores sociais, persistindo uma imensa desigualdade entre ricos e pobres. Exemplo do choque entre a m o d e r n i d a d e peessedebista e as



Lá bem na, digamos, esquerda, Aureliano Chaves. Acima, ao centro que parece direita, quando visto aa esquerda, Albano Franco. À esquerda, mas de direita quando visto de mais à esquerda, Marcelo Alencar. Os três são neo-tucanos. Coisas da vida.

agruras da população é o estímulo à indústria turística, que tem entre seus motes a propaganda de uma "Nova Fortaleza". Mas a expansão do turismo é articulada a um explosivo —e suspeito— crescimento imobiliário. A voracidade imobiliária dos grandes projetos turísticos gera conflitos com as comunidades pesqueiras do litoral, sem nem ao menos lhes oferecer a perspectiva de absorção da mão de obra.

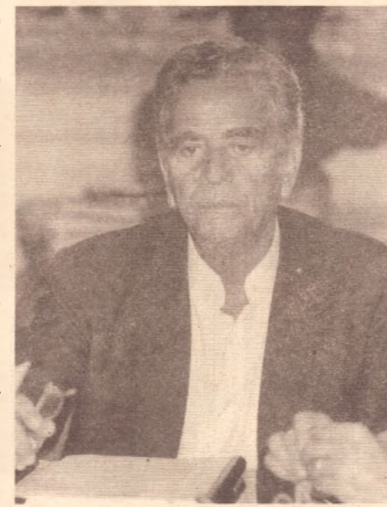
Na periferia da capital, a não muitos quilômetros do centro da cidade, pode ser vista uma legião de miseráveis que migram do interior, teimando em desfazer a ficção publicitária criada em torno de Fortaleza. A falta de saneamen-

to básico e o quadro geral de miséria permitem a expansão do cólera, que fez do Ceará o estado recordista nesta doença.

CIRO NA BERLINDA

O governador Ciro Gomes —desejoso de disputar a Presidência, tanto quanto FHC— está no foco das atenções. Envolveu-se num bate-boca com o ex-governador paulista Orestes Quéricia. Disse sentir "nojo dos políticos". Disse mais: "Cadeia para os políticos é um santo remédio". Tascou ainda um "Lula não tem capacidade para governar".

A revista *IstoÉ*, ligada a Quéricia, inimigo visceral de Ciro, vislumbrou neste um perfil carregado de semelhanças com Fernando Collor. "Ambos começaram carreiras políticas no PDS dos governos militares e com cargos concedidos por seus pais. Se o senador Arnon de Mello presenteou o filho rebelde com a Prefeitura de Maceió, o ex-prefeito de Sobral



Euclides Ferreira Gomes presenteou o filho recém-formado em 1982 com o cargo de procurador da Prefeitura". A revista afirma ainda que, ao eleger-se deputado estadual, Ciro instalou pai, mãe e irmão em cargos de confiança do governo cearense, graças a suas ligações com Cesar Cals. Quando o governador Gonzaga Mota rompeu com os coroneis, "a família Ferreira Gomes, que fazia parte da cota do

coronel Cals, perdeu os três empregos no governo".

Não faz mal. Ciro sabe trabalhar sua imagem de homem moderno. Em 1993, a modernidade tucana custou aos cofres públicos US\$ 2,126 milhões em publicidade.

Textos produzidos por Marcos Soares com base nos trabalhos de Glória Diógenes, Manfredo de Oliveira (Fortaleza) e Marcondes Sampaio (Brasília).

Ciro

Ciro Gomes pertence à tradicional família Ferreira Gomes, que domina a política em Sobral (CE) há cerca de 100 anos. Ingressando no movimento estudantil, Ciro optou pela direita, saindo candidato a vice-presidente da UNE, em 1979, pela chapa "Maioria". Depois assessora seu pai, José Ferreira Gomes, prefeito de Sobral eleito pelo PDS. Em 1982, Ciro elege-se deputado estadual pelo... PDS. Mas em 86 ele abandona o barco, acompanha o governador Gonzaga Motta e entra no PMDB, reelegendo-se deputado. Na mesma ocasião Tasso Jereissati elege-se governador. Ciro assumirá a liderança do governo na Assembleia.

Em 1988, Tasso impõe ao PMDB o nome de Ciro tambicou, fora do prazo, a transferência de seu título de eleitor.

Com a máquina do governo trabalhando em seu favor "Ciro é Tasso", Ciro conseguiu vencer por margem apertadíssima (179.274 votos contra 173.957 do segundo colocado, Edson Silva, da coligação PDT-PCdoB), ainda assim porque dispunha de 30 minutos na TV, contra 6 do seu principal concorrente. Na campanha surgiram evidências de abuso do poder econômico, praticado pelos homens do "Cambeba", o palácio de governo.



Dois anos depois, já no PSDB, o fiel escudeiro de Tasso torna-se seu sucessor. Seguindo a trilha de Tasso, trata os sindicatos e organizações populares a ferro e fogo, e radicaliza quando o Conselho de Enfermagem do Ceará questiona aspectos do plano governamental de agentes de saúde. "Não vamos atender a um sentimento fascista de corporativismo. Não converso, não discuto, não negocio nada. Eles que vão à merda".

Em maio de 92 declara-se de esquerda. "Esquerda aqui somos nós. Quem fez reformas profundas e estruturais aqui foi o Tasso, e agora estamos continuando isso". Mas pesca em águas ainda mais turvas quando declara à revista *Interview* que "cogitaria usar um brinquinho discreto". O ato falho foi explorado por Quéricia em recente troca de insultos: "ladrão, filho de ladrão, porca preta", disparou o carcamano de Pedregulho.

Tasso

O donatário-mor da tucanagem, Tasso Jereissati, tem um estilo certamente mais frio, mais cerebral, mais administrativo —portanto menos apaixonado que o de seu pupilo Ciro. Mas é ele o pai da matéria. Nada mais natural, portanto, que articulações empresariais em torno de seu nome, antes que o superego Fernando Henrique despontasse como uma alternativa mais forte dentro do PSDB. Na época, o *Jornal do Brasil* atribuiu ao deputado tucano Jackson Pereira a seguinte versão: "O ponto de partida para a candidatura de Tasso Jereissati à Presidência da República será um encontro com o grupo de Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro (EBCE) em São Paulo."

Nada menos social-democrata do que Tasso no poder. De início, declarou-se independente dos "políticos". Depois, rompeu com o ex-governador Gonzaga Mota, rompeu com o grupo de intelectuais que elaborou as diretrizes iniciais de seu projeto, rompeu com a Federação de Bairros e Favélas, provocou o rompimento com o PCdoB (que o apoiara na campanha eleitoral), em suma, rompeu com todas as expressões organizadas da sociedade.

Em 1987, ainda recém-empossado, declarou ao jornal *O Povo*: "Quem não estiver satisfeito com meu governo peça pra sair, vá



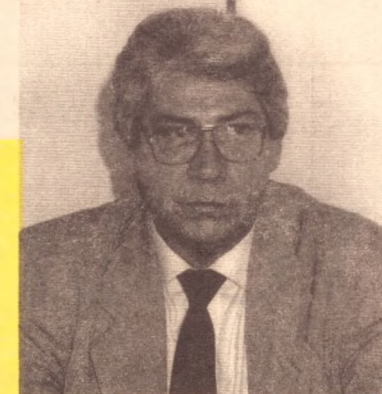
para a oposição": O recado era para seu próprio partido, então o PMDB. Tasso inicia seu governo com o apoio de 30 deputados e termina com apenas 6. O arrocho salarial foi uma das marcas deixadas pela passagem desse social-democrata pelo governo do Ceará. Para equilibrar as finanças estaduais, recuperar o Banco do Estado do Ceará e investir no desenvolvimento industrial, Tasso "passou um trator" sobre o funcionalismo, fazendo 40 mil demissões.

No plano nacional, Tasso firmou-se como um dos comandantes da ala direita do PSDB. Por pouco não conseguiu que o PSDB entrasse de corpo inteiro no governo Collor, embora o naufrágio estivesse próximo. Nos últimos dias, tem-se dedicado de corpo e alma à aliança com o que há de mais visivelmente antipopular e antidemocrático no quadro partidário nacional: o PFL de Antonio Carlos Magalhães e Ricardo Fiuza.

Covas

Mário Covas nunca se alia, pende. Ora oscila para a esquerda, ora para a direita. Às vezes, ameaça até apoiar candidatos do PT. Mas na maioria das outras, finge querer ser vice do Antonio Ermírio de Moraes. E, não se sabe como, nunca fica tonto nesse vai e vem. Mantém sempre a compostura e uma boa imagem pública, que lhe garante um percentual respeitável nas pesquisas, enquanto a briga pelo governo do estado mais rico da nação não se acirra — ao contrário da presidencial, que começou antes mesmo do impedimento de Collor de Mello. Esse tanto de intenções de voto, porém, não é necessariamente de fundo ideológico. Trata-se de uma massa neutra de gente de bom coração, crentes em uma saída não radical para os dilemas sociais.

Resta saber se o eleitor terá paciência para continuar a crer num político tão indefinido e vacilante, justo nesse momento de definições. Cujos partidos é o PSDepende, na definição de seu principal adversário, o petista José Dirceu. Covas perderá a simpatia se for como seu PSDB tem sido no estado — não se opõe nem na Assembleia ao governo Fleury, nem na Câmara ao prefeito Maluf. Nesse quadro, é provável que o voto emocional vá para um candidato de passado intocável e capacidade administrativa. E de preferência



que não ande em tão más companhias, como os prováveis vices de Covas: Roberto Magalhães e Antonio Cabrera. Qualquer um dos dois é capaz de afastar inclusive parte do apoio dos capitalistas não-totalmente-selvagens. Mesmo estes, agora dizem querer honestidade e bom uso do dinheiro público, acima de qualquer ideologia.

A bem da verdade, o candidato do PSDB tem ouvidos para sentir o quanto o eleitorado busca uma alternativa mais à esquerda, para compensar o erro de votar no confiscador Collor de Mello. Por isso, Covas gostaria de ser social-democrata. No entanto, ele não tem pulso para conduzir o partido nem ao menos em direção às forças mais moderadas, como aquela tal esquerda do PMDB, por exemplo. Aliás, bem que tentou reclamar do braço estendido ao PFL — uma reedição da Aliança Democrática tancredista que desta vez tem de passar pelo voto.

Márcio Venciguerra

Aldo Fogo

Pancadaria, nunca mais

Cutistas fazem esforço unitário para o V Concut

Há algo de novo no mundo da CUT. Faltando poucas semanas para o V Congresso da Central, marcado para maio, o clima de acirramento das disputas internas, de agressões políticas e físicas, parece ter sido deixado para trás. Embaladas pelas perspectivas de unidade da esquerda nas eleições quase-gerais de 94, as tendências tendem a uma aproximação que pode levar, se bem sucedida, até mesmo à formação de uma chapa única.

Alguns sinais: no V Congresso Nacional da CUT (Concut), a ser realizado em maio próximo, haverá apenas uma tese-base, apresentada pela sua Executiva Nacional. No IV Concut, em 1991, cada uma das doze correntes internas apresentou sua tese. Elas foram reunidas num volumoso - e quase ilegível - tablóide de mais de cem páginas.

A decisão de construir uma tese-base foi tomada por consenso em 1993. Agora, editada já com destaques polêmicos, feitos por membros da própria Executiva Nacional, ela será submetida às assembleias de categorias e Congressos Estaduais da CUT. Daí surgirá o texto a ser discutido no V Concut, com as principais polêmicas já explicitadas.

Além da discussão ser mais aberta e menos polarizada, o processo hoje parece expressar a existência de novos ventos ao interior da Central e uma preocupação, de todas as correntes cutistas ouvidas, de não repetir o IV Concut.

"Há grandes chances de se abrir



Cenas que não veremos mais?

uma fase de pluralismo sindical no país, o que exige da CUT mais unidade para disputar com as outras visões do movimento sindical", explica Kjeld Jakobsen, tesoureiro da CUT e membro da Articulação Sindical.

Na visão da Corrente Sindical Classista, expressa pelo seu coordenador nacional, Nivaldo Santana, também presidente do Sintaema, de São Paulo, a adesão ao processo da tese-base responde à necessidade de testar um mecanismo que ajude a fluir a discussão política - o que acabava sendo travado pela multiplicação de teses por corren-

tes que disputam o direito a ser a "tese guia".

CHAPA ÚNICA

Com uma pauta cujos temas principais são "Estratégia política" e "Política organizativa", o Concut certamente não será um congresso de posições unânimes. José Maria de Almeida, 2º Tesoureiro da central e militante do PSTU afirma, por exemplo, que o desafio posta é reverter a orientação estratégica que a maioria imprimiu à CUT no IV Congresso.

Durval de Carvalho, vice-presiden-

te da CUT e que encabeçou a chapa de oposição no congresso de 1991, acha que as divergências são várias, mas que os desafios políticos do período cobram respostas mais unitárias. Segundo ele, "no embate de projetos vinculado à eleição presidencial e no novo cenário adverso criado pelas mudanças capitalistas da produção, deve ficar claro que nossas divergências têm um peso muito menor do que as disputas que travamos na sociedade."

A nova direção também poderá ser um surpresa. Kjeld informa que a Articulação Sindical apresentou a proposta de uma chapa única no V Concut e iniciou negociações entre as diversas correntes. "A princípio é uma proposta positiva. Três anos atrás a disputa de chapas no IV Concut expressou um processo de desagregação política da Central," comenta Durval, que vê também um "cansaço da base com a forma através da qual veio sendo conduzida a disputa interna no período recente".

Mais cético, Zé Maria não descarta a chapa única mas afirma que a proposta de direção deve ser construída a partir de uma plataforma política comum "que para nós deve se colocar contra o rumo atualmente imprimido à CUT".

Nivaldo aponta que "na CSC a proposta ainda está em debate e deverá ser avaliada considerando, por um lado, as divergências políticas que existem; por outro, as exigências da conjuntura".

Gustavo Codas

OPINIÃO

Uma velha senhora

Quando essa edição do **Brasil Agora** estiver chegando aos leitores a imprensa já estará repercutindo os resultados do *Dia nacional de greves e manifestações* contra as perdas salariais provocadas pelo Plano FHC 2. Não temos dúvidas: terá sido um fiasco. Um pouco de movimentação aqui e acolá, mas essencialmente uma demonstração, outra vez, de raquitismo sindical.

Como há tempos o cenário principal das lutas transferiu-se das fábricas para as ruas, o fracasso não terá maiores conseqüências: um dissabor passageiro, um leve gosto de fel. Nem um mísero ponto estatístico das pesquisas eleitorais sairá do lugar. Ainda potente como caixa de ressonância, o sindicalismo está reduzido, por conta própria, a um papel de coadjuvante na vida política nacional.

Não faltarão acusações entre os protagonistas da finada greve geral. A responsabilidade pelo ridículo será democraticamente distribuída — e todos sairão satisfeitos, pois cada um terá o seu bode expiatório para surrar.

É verdade, a título de exemplo, que os recursos gastos na convocação do protesto não correspondem a uma décima parte do orçamento das duas cha-

pas que disputaram o Sindicato dos Bancários de São Paulo, em janeiro passado. Surpresa seria se fosse diferente: não é de hoje que os investimentos de tempo, raciocínio e dinheiro nos processos de luta na classe são muitos superiores àqueles na luta de classes. A lógica de auto-preservação das lideranças estabelecidas na praça manda em cada passo dado — ou não dado — pelo movimento sindical.

Engordada por contribuições e impostos compulsórios, enaltecida pelos amigos do proletariado e subtraída do estafante rotina da produção, uma expressiva parcela dos chefes sindicais sofre da mais comum doença burocrática: a Síndrome de Garfield — cujo principal sintoma é uma esquisita ranzinzice de estilo, obesidade nas idéias e preguiça para ação.

Houve um tempo em que uma força imperava dissonante: a Central Única dos Trabalhadores. Moça esbelta, petulante, tomou o lugar das matronas que se assenhoraram do movimento sindical durante a ditadura. Nascida como a outra metade de um projeto para mudar o país, com os músculos treinados nas bravas lutas dos primeiros anos oitenta, a CUT

aparecia como um pilar essencial dos combates pelas liberdades e pelas reformas. Seu sindicalismo era generoso, hostil ao corporativismo das migalhas, ousado, profundamente comprometido com o imaginário popular, socialista.

Em onze anos, tornou-se uma velha senhora. Uma dama de respeito, cabelos brancos, dedicada à administração dos assuntos familiares, receosa dos perigos oferecidos por uma vida de turbulência. O neoliberalismo arruinou com a vida de milhares de trabalhadores — e a CUT apostava suas fichas em câmaras setoriais nas quais ganhos aos assalariados dos setores de ponta foram trocados por reduções fiscais aos seus patrões (em prejuízo dos miseráveis que dependem da ação pública, financiada por impostos dos segmentos mais modernos de produção, para ter o que comer, o que vestir e onde morar). Os deputados decretaram aumentos de seus salários em URV — e quem entrou na Justiça contra os sátrapas foi a Força sindical. Uma greve geral convocada — e não passaram de quarenta os sindicatos presentes na plenária paulista da central.

Quando seu filho mais querido caminha para se tornar o primeiro presidente da República de origem e inspira-

ção proletárias, a velha senhora mostra um cansaço infinito, uma insondável renúncia a um papel de força motriz das grandes transformações. Parece presa a uma mesquinha mentalidade de resultados, de pequenos ganhos, de acomodações ao sistema que, em sua breve mocidade, fez juras de derrotar.

Por anos, fomos um país de partido fraco e sindicalismo vigoroso. Hoje, a fonte da juventude possível é a arena política. Se na história da promissora candidatura de Lula está o deságua de caudalosas afluentes sociais em um partido-lago, o renascimento sindical agora depende da sua vocação para romper com o círculo do corporativismo, afastar-se das tentações de absorção pelo jogo das elites e integrar-se como força social no movimento de refundação do Estado que ganha as ruas — na campanha de Lula e no futuro governo popular.

Por dádiva do destino, a velha senhora terá mais uma chance de recuperar a cativante beleza dos anos oitenta, amadurecida nos embates da vida. Para que as anáguas não voltem a ficar de fora, como no pífio *dia nacional de lutas* de 23 de março de 19994.

Breno Altman



Vai parar?

Na revisão, os contra deles são mais eficazes que os nossos



A bancada do PT votou contra o conjunto do texto final da Constituição de 1988, por julgar que, apesar das conquistas, ela continha insuficiências. Derrotada, a bancada fez questão de assinar a Constituição para mostrar que reconhecia a legitimidade de sua origem e se comprometia a defendê-la. O PT, portanto, tem consciência das limitações do texto constitucional. Mas também está consciente de que a superação destas limitações não pode ser feita através de golpes. Só um Congresso expressamente eleito para isso pode revisar a Constituição com legitimidade.

A revisão prevista no artigo 3º dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição refere-se apenas ao capítulo do Sistema de Governo, caso, no plebiscito realizado em abril do ano passado, a população tivesse optado pelo parlamentarismo. Como o povo se pronunciou pelo presidencialismo, não há revisão a ser feita. Este é o entendimento de juristas do quilate de Hélio Bicudo e mesmo de Ministros do STF.

Desprovido de base jurídica e legal, este processo revisionista carece também de base moral. Ele corresponde à ancestral vocação autoritária das elites brasileiras, que nunca gostaram de governar dentro dos limites próprios do Estado de Direito. Corresponde também a uma exigência do FMI, expressa pelo senhor José Fajgenbaum, diretor da divisão Atlântico Sul do Fundo. Ele declarou que, se o Brasil quisesse chegar a um acordo de empréstimo com o FMI, "impunham-se reformas econômicas estruturais, implicando emendas à Constituição". Nesta ocasião o governo Collor declarou Fajgenbaum *persona non grata*. Mas logo depois

ele estava de volta ao Brasil na qualidade de negociador do Fundo.

NELSON, O LOBISTA

Padecendo destes vícios de origem, o processo revisionista tem percorrido caminhos tortuosos. O relator lobista, Nelson Jobim, antes mesmo de ser escolhido para a função, tinha concebido um projeto de revisão no sigilo de gabinetes empresariais, longe da sociedade e até dos parlamentares. Em seguida, ele apresentou um projeto de regimento, infelizmente aprovado, que é um exemplo ímpar de autoritarismo e de desrespeito aos próprios congressistas.

Com tais antecedentes e o agravante de que a CPI do Orçamento conseguiu pelo menos levantar a ponta do véu de corrupção e tráfico de influência que permeiam as relações entre parte dos legisladores, de setores do executivo e do empresariado, pode-se compreender porque a revisão continua patinando. Ela não anda porque mesmo os congressistas revisionistas estão conscientes de sua ilegitimidade e também porque as elites não têm unidade sobre questões básicas.

Para fazer face a estes impasses, o relator-lobista concebeu a tática de preparar uma pauta política com o objetivo de atrair os parlamentares para o debate. As propostas do relator-lobista brilharam por seu caráter casuístico. Ele teve a desfaçatez de propor a redução do prazo de desincompatibilização e a reeleição de chefes dos executivos, para agradar a governadores e ministros, tentou tornar o voto facultativo para aumentar o poder dos coronéis dos fundos.

Apesar de *destour de force*, o relator tem sido sistematicamente derrotado

em seus casuísmos. Mas ainda não desistiu, continua insistindo em seus golpes. Está na pauta a proposta de voto distrital. Esta é uma tentativa de eliminar a representação dos partidos de esquerda nos parlamentos. O sistema distrital massacra as minorias. Permite teoricamente que um partido com 49% dos votos possa simplesmente ficar fora do parlamento. É um estupro. Os defensores deste sistema costumam responder a este argumento; lembrando que eles propõem um sistema misto, não puro. Isto é, um meio estupro. Só metade dos parlamentares seriam eleitos pelos distritos.

50 SESSÕES

Apesar das manobras e dos casuísmos, a revisão continua parada. Até agora foi aprovado apenas o FSE, matéria não propriamente constitucional, que na verdade faz parte do plano FHC, e uma modificação mínima, que permite a convocação de funcionários subalternos do Executivo para depor nas Comissões. Outras modificações pequenas foram aprovadas apenas em primeiro turno. Faltando apenas 50 sessões para o encerramento do processo, as elites continuam com suas cartas nas mangas. Esperam a qualquer momento colocar na pauta aquilo que lhes interessa: a quebra dos monopólios estratégicos, como exige o FMI. Esta insensatez consiste em quebrar a Petrobrás e a Telebrás, culpadas de serem estatais eficientes.

A primeira consegue vender ao consumidor um litro de gasolina por 334 cruzeiros reais, enquanto as multinacionais, que dominam o mercado de água mineral, vendem um litro deste produto pelo dobro do preço da gasolina. A segunda conseguiu integrar o Brasil através das comunicações em apenas três décadas, superando o atraso acumulado ao longo do período em que o setor esteve sob controle privado.

Felizmente está ficando cada vez mais evidente que as elites não conseguirão rasgar a Constituição. Isto mostra que a consciência democrática tem aprofundado suas raízes no Brasil, que passou a época em que os casuísmos eram impostos sem discussão. Laboraram um erro os setores que adotam a tese marota de estupro inevitável. Esta tese derrotista só servia aos interesses mais obscuros das elites.

Feitas estas considerações, cabe ressaltar que nada impede que se discuta uma emenda destinada a conceder ao futuro Congresso poderes para proceder a uma revisão legítima da Constituição de 1988, sobretudo do capítulo que trata do Sistema Tributário Nacional, e os dispositivos que tratam da Reforma Agrária.

Jaques Wagner
Deputado Federal (PT-BA)

A ESTRANHA VITÓRIA DE FHC

Para que os interesses eleitorais do ministro Fernando Henrique Cardoso pudessem ser preservados o país sofreu, na terceira semana de março, duas derrotas graves, no terreno da dívida externa.

A primeira foi a confirmação de um acordo negociado no governo Collor, para reescalonamento de débitos de 50 bilhões de dólares. No dia 18 o ministro da Fazenda reuniu-se em Nova York com o presidente do cartel dos bancos particulares credores, Willian Rhodes, ampliou as ofertas do governo brasileiro e assegurou ao final do encontro, com ares de vencedor: a assinatura definitiva está confirmada para 15 de abril.

É a primeira derrota, explica Paulo Nogueira Batista Jr., professor da Fundação Getúlio Vargas e especialista em assuntos ligados à dívida externa. O reescalonamento foi tratado em 1992, quando as taxas de juros internacionais estavam bem acima das atuais. Além disso, as bases internas de sustentação de Fernando Collor já estavam, à época, irremediavelmente corroídas, e os credores aproveitaram-se disso para impor ao Brasil condições muito piores que as oferecidas, à mesma época, a outros devedores. Um ministro da Fazenda preocupado em preservar os interesses nacionais teria agora exigido renegociação completa do acordo. A Fernando Henrique, no entanto, interessa firmar às pressas sua própria candidatura...

Dois dias antes de encontrar-se com Rhodes, FHC avistara-se em Washington com o poderoso Michel Camdessus, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional. O cenário estava armado para o anúncio estrepitoso de um acordo entre o governo brasileiro e o FMI. Nos meses anteriores, o ministro da Fazenda dedicara-se a adotar uma política econômica que atendia a todas as exigências do Fundo. O Plano FHC-2 era a garantia de que tal política seria mantida no futuro. Era justo esperar de Camdessus reconhecimento para tal esforço. O acordo que ele estava prestes a anunciar garantiria ao Brasil um empréstimo provisório ("stand-by") capaz de facilitar o acerto posterior com os credores privados.

A última hora, porém, o FMI recuou. Camdessus comunicou a Fernando Henrique que apoiaria verbalmente todos os itens de sua política econômica. Mas recusava-se a firmar um acordo formal. Segundo Paulo Nogueira, o comunicado lido pelo diretor-gerente na ocasião é claro: o Fundo exige acompanhar a introdução da nova moeda - o "real" -, e pressiona para que ela esteja atrelada ao dólar, o que representa mais um golpe contra a soberania nacional (ver **Brasil Agora** 55).

Surpreendido por Camdessus, mas interessado em compor-se a qualquer custo com a comunidade financeira internacional, Fernando Henrique adotou outra decisão contrária aos interesses do país. Anunciou que, diante da negativa do Fundo, o Brasil estava disposto a usar parte de suas próprias reservas em dólares, para oferecê-la aos credores particulares como "garantia" do cumprimento do novo acordo.

Em resumo: em 15 de abril, o governo brasileiro torrá cerca de 4 bilhões de dólares para... firmar o acordo de renegociação da dívida que Fernando Collor negociou, e... impor ao país a política que o FMI "recomenda". Eis a vitória de Fernando Henrique.

Antônio Martins



Materiais de Campanha

- Boletins
- Jornais
- Revistas
- Adesivos etc.

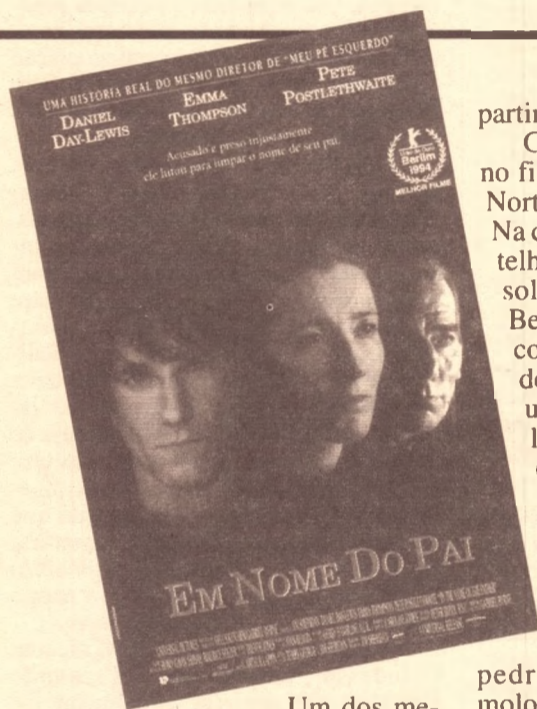
Se você está procurando contratar alguns destes serviços, fale com a gente. Executamos serviços de editoração eletrônica e impressão de materiais. Acompanhamos todo o processo gráfico, da criação à entrega.

Av. São João, 126 - 2º Andar - Centro - S. Paulo
☎ 229.8519

Em nome do pai



Mesmo sem Oscar, Jim Sheridan fez um dos melhores filmes da temporada



Um dos melhores filmes da temporada não levou Oscar nenhum: Em Nome do Pai (In the name of the Father, EUA, 1993), dirigido por Jim Sheridan. Se não ganhou Oscar, pelo menos já tinha saído vencedor do último Festival de Berlim, o que dá e sobra. A história é aquilo que em cinema a gente costuma chamar de "história real", quer dizer, baseada em fatos que aconteceram de verdade. Cinema nunca deveria pretender ser o retrato da realidade, mas isso é uma outra conversa.

Aqui, o livro *Proved Innocent*, de Gerry Conlon, é a base de tudo. Conlon, um irlandês que tinha acabado de chegar em Londres, no início da década de 70, foi preso, ainda muito jovem, acusado de pertencer ao IRA (Exército Republicano Irlandês) e de ser o autor de um atentado a bomba num bar de soldados. Houve mortes. Gerry Conlon - o espectador fica sabendo disso de cara, nos primeiros minutos de projeção - não tem nada a ver com o peixe. Está limpo. Não obstante, é condenado e vai para a cadeia. A polícia e a justiça da coroa montam uma enorme farsa jurídica. O atentado não poderia passar politicamente sem explicação, sem culpados nem punição. Resultado: além de Conlon, são condenados seu amigo Paul Hill e alguns outros, além de familiares de Conlon. Todos condenados por algum grau de cumplicidade. O pai de Conlon - mais inocente, impossível - está entre os encarcerados. Um horror. Em seu livro, Gerry Conlon narra a sua pena. Jim Sheridan fez o filme a

partir daí - muito bem.

Gerry Conlon (Daniel Day Lewis, no filme) vive em Belfast, Irlanda do Norte, de cometer pequenos furtos. Na cena de abertura, ele aparece num telhado pegando sucata quando os soldados ingleses - que ocupam Belfast com tanques e brucutus - o confundem com um franco atirador. Começa a correria. Gerry leva uma cruz dourada no pescoço. Irlandês, pobre, católico, ladrão. Sai em disparada, pulando muros, se enfiando em corredores como desfiladeiros, atravessando salas de visita - e os homens atrás, com suas fardas de guerra, suas armas, seus blindados. A população ferve. Começa a jogar

pedras, coquetéis molotov. Resistência espontânea da massa (chamaram a Rosa Luxemburgo para o roteirista?). No corre-corre, Gerry faz a grande bobagem. No trajeto de fuga, passa na porta de um "aparelho" do IRA, um apartamento onde os militantes escondem suas armas. Eles ficam furiosos. Gente na rua, blindados, soldados como tropa de choque, molotov, gás lacrimogêneo, paulada, pedrada, gritos e o IRA se mobilizando ao fundo para pegar o ladrão e assustá-lo. Ameaçam Gerry de morte. Ele está ameaçando a segurança do IRA com suas contravenções infantis.

Para sobreviver, nosso amigo vai viver em Londres. Por recomendação de seu próprio pai (Peter Postlethwaite), que continua um trabalhador pobre em Belfast, sustentando a família, vai para longe do IRA. Eis a ironia. Em Londres, Gerry e seu amigo Paul acabam numa comunidade hippie. Maconha, amor livre, belas garotas. Tirando o vegetarianismo da turma, a coisa parece bem legal. É aí que tem o atentado. Se vocês estão achando que eu estou contando o filme inteiro, calma. Isso são apenas os primeiros minutos. Essenciais. Gerry e seu comparsa vão

para a cadeia, por causa de um hippie enciumado e racista que denuncia os "irlandeses encrunqueiros". Ele sucumbe a tortura, a confissão vale como prova, uma baixaria (real, nos dois sentidos). Para dar uma dimensão de grande complô ao atentado, a polícia e os juizes arranjam outros familiares do preso para comprometer e prender também.

Os Conlon (pai e filho) são portanto vítimas do racismo e do direito. Por racismo são denunciados. Pelo direito, sua condenação é forjada. A riqueza da história está justamente na ambiguidade das situações: pois será também pelo direito que ambos encontrarão o caminho para reverter tudo. O Conlon pai, católico conformado, recusa a violên-

quina de violência ideológica. Mata com absoluta tranqüilidade. Não sente nem prazer, nem realização, nem pesar. Os ingleses (os outros presos) o detestam e o repudiam num primeiro momento. Depois, irão idolátrá-lo. Tipo chavão? Sim, há um certo quê de tintas carregadas durante o filme todo, mas a gente dá um desconto. Mas o terrorista, como todos os outros, não é monolítico, produto de uma visão maniqueísta. É ele quem desperta em Gerry a disposição de lutar pela liberdade. É ele quem faz uma parte do trabalho de que o pai de Gerry não dá conta de fazer. É ele, por fim, quem assume diante dos dois a autoria do atentado que levou os Conlon para a prisão.



cia como forma de luta para qualquer coisa - e é enfático na condenação do IRA. Mas, e isso é bem bonito no filme, é a determinação do pai, sua fé na justiça (e em Deus, de uma certa forma), que ilumina o futuro do filho. A convivência entre pai e filho na prisão também se abre a inúmeras ambiguidades.

Na prisão, o jovem Gerry viverá o seu amadurecimento. De um lado, a experiência com LSD. De outro, a solução das diferenças com a figura paterna. O aparecimento de Joseph McAndrew (Don Baker), terrorista (na acepção que Marighella dava à palavra terrorista) do IRA, é um ponto alto. Determinado, McAndrew é uma má-

passa pela tortura, pelas falsificações jurídicas, é católico na carne (embora finja não ser). Por isso, familiar. O seu mundo estanho - guetos, ruelas, bombas, cadeias, autoridades cínicas, privações, crenças metafísicas - produz em nós a sensação de um ambiente doméstico. Estamos em casa, meus amigos. Aqueles que vivemos, na matéria ou no espírito, a experiência de levar ao limite as justificativas nada pacíficas da existência, estamos todos em casa quando este filme está na tela. E, para quem tem um fraco pelas advogadas, um atrativo a mais: Emma Thompson. Que advogada nossa! Salve, rainha!

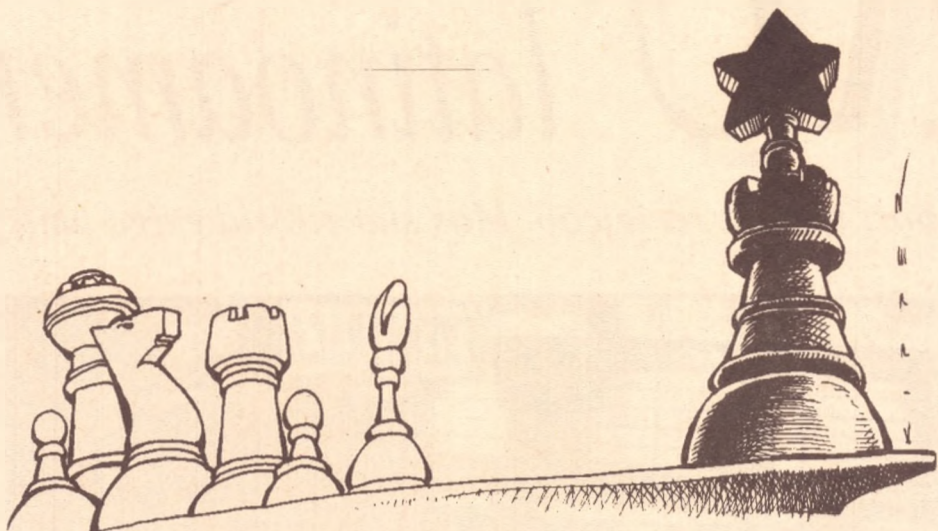
Eugênio Bucci

Eleição decisiva

Na África do Sul, o quadro é de polarização social

Um processo eleitoral de enorme importância que está chegando ao seu desenlace é o da África do Sul. As eleições de 27 de abril serão as primeiras livres em mais de cinquenta anos. As pesquisas têm dado entre 60 e 70% de votos para o Congresso Nacional Africano (CNA); o Partido Nacional de Frederick de Klerk deve receber em torno de 17% dos votos; o Partido da Liberdade Inkhata controlado pelo líder zulu Buthelezi tem o apoio de cerca de 7% do eleitorado; o grupo negro do Congresso Pan-africanista deve receber cerca de 2% dos votos; e a direita e extrema-direita brancas pelo menos 7%.

As negociações promovidas por de Klerk e pelo CNA estabeleceram um acordo para a transição ao pós-apartheid que envolveu a maioria dos setores da sociedade sul-africana, estabelecendo 27 princípios constitucionais que regerão o próximo governo. Um Comitê Executivo para a Transição já vem exercendo um papel de co-



governo no país e atuando no dismantelamento do sistema de apartheid. Tudo que constitui o racismo institucionalizado (como a segregação nas áreas de residência e nos empregos) foi abolido. Uma reforma profunda está ocorrendo no exército, que deve integrar os grupos armados dos movimentos de luta contra o apartheid e as forças militares do bantustões. O sistema de bantustões

será substituído por uma organização federativa do país.

Mas os acordos aprovados prevêem, igualmente, a manutenção do status quo no plano econômico, limitando severamente a possibilidade do futuro governo liderado pelo CNA responder aos graves problemas sociais que afetam a vida da população negra. Hoje, o CNA e as forças que o apóiam, como o movimento sindical e o PC sul-africa-

no, estão comprometidos com um programa econômico de tipo keynesiano.

Finalmente, os grupos de extrema-direita brancos (alguns de inspiração neonazista) e negros (principalmente o Inkhata de Buthelezi, que manipula a identidade étnica dos zulus) constituem uma ameaça constante à seqüência do processo de transição. É a direita que pode transformar a guerra civil de baixa intensidade em curso no país num conflito aberto. Os principais dirigentes do CNA quase foram assassinados em 9 de janeiro, numa emboscada numa cidade dormitório perto de Johannesburg. Uma média de 15 a 20 pessoas morrem todos os dias, em geral apoiadores do CNA assassinados por elementos do Inkhata com o apoio de direitistas brancos presentes nas forças de segurança. E as eleições não solucionarão nenhum destes problemas.

José Corrêa

A Direita na contramão

Como já conteceu em 1989, os adversários do PT têm acusado a candidatura de Lula de estar em descompasso com as tendências mais expressivas do mundo atual. A preferência dos brasileiros pelo dirigente petista, alegam os escribas do conservadorismo, seria um fenômeno singular, de tropical exotismo, na contramão de um suposto consenso planetário em torno dos postulados do neoliberalismo: o estado-mínimo, o desprezo pelas demandas sociais, o campo aberto aos apetites do grande capital. Nada mais furado. Se é possível inferir alguma lógica a partir do noticiário internacional, ela indica justamente o oposto. Das estepes da Rússia às favelas de Johannesburgo, da orgulhosa Inglaterra aos grotões de Chiapas, tudo sinaliza o refluxo da maré conservadora que inundou de cinismo da década de 80.

Não é preciso olhar muito longe. Em nossos vizinhos latino-americanos, amontoam-se as evidências de esgotamento da aventura neoliberal, responsável pela mais brutal concentração de riqueza por estas bandas desde a colonização. Rebordosas com a guerrilha

zapatista no México e o quebra-quebra dos barnabés argentinos em Santiago del Estero tiram o sono dos tecnocratas, já assustados com o insuspeitado potencial eleitoral que as esquerdas têm revelado. No Uruguai, na Colômbia e até no México do Nafta, opositores das políticas de ajuste ditadas pelo FMI despontam como alternativas viáveis de governo. Mesmo derrotadas, será impossível deixar de levá-las em conta. Na Venezuela, um partido de perfil assemelhado ao do PT, numa eleição cujo ganhador deve a sua votação ao compromisso de reverter a orientação privatista e antipopular de seu antecessor.

Onde quer que se olhe, o cenário é parecido — na prova das urnas, o neoliberalismo perde muito mais do que ganha. Nos Estados Unidos, Clinton só chegou à Casa Branca porque invocou, em campanha de valores Rooseveltianos de solidariedade, em oposição ao capitalismo selvagem de Reagan e Bush (ainda que na prática faça como Fernando Henrique: "Esqueçam tudo o que eu disse antes"). Na

Europa, a disputa eleitoral continua a ter como eixo a esquerda contra a direita, uma polaridade que, segundo os sabichões do neoconformismo, já teria sido assentada como uma relíquia da Guerra Fria. A direita tradicional italiana, apanhada com a mão na cumbuca, alia-se às viúvas de Mussolini e ao separatismo racista de norte para enfrentar os progressistas liderados pelo ex-PCI. Na Inglaterra os pupilos de Thatcher — a Dama de Ferro tão cortejada pelas nossas elites tupiniquins — amargam os índices de popularidade mais baixos desde que esse tipo de consulta começou a ser feita. No Japão, a coligação que tirou do poder uma cleptocracia de quatro décadas, no ano passado, lançou como proposta principal o fim do financiamento de todos políticos por empresários, tal como sempre defendeu a bancada petista no Congresso.

Nem sequer o Leste Europeu serve mais de alívio às posições da nova direita. Passando o oba-oba inicial com o livre-mercado, os povos da ex-Cortina de Ferro caem na real e descobrem

que, em lugar da prometida vaga no Primeiro Mundo, estão sendo empurrados impiedosamente para o Terceiro. Reagem como podem. Na Polônia, os comunistas voltaram ao governo, reciclados; a Hungria deve ir pelo mesmo caminho e até a Rússia de Yeltsin, sobressaltada com o voto de protesto nos ultranacionalistas, desistiu da "terapia de choque" receitada por Washigton.

O panorama mais animador é o da África do Sul. Favoritíssimo nas eleições em maio, o Congresso Nacional Africano, de Nelson Mandela, tem um programa parecido com o do PT — desenvolvimento com base no mercado interno, diminuição das desigualdades sociais, soberania perante os mandachuvas das finanças. Juntos, o país mais importante da América Latina e a mais poderosa nação negra poderão construir uma alternativa de independência face aos setores hegemônicos. Nesse ponto, os críticos do PT podem ficar tranquilos: o governo de Lula não estará sozinho no mundo.

Igor Fuser

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP. - Fones: (011) 220 7718 / 223 0959

BRASIL AGORA
Assine já
LIGUE GRÁTIS
0800 - 11.1300

NOME.....
ENDEREÇO.....
CIDADE.....UF.....
CEP.....FONE.....
PROFISSÃO.....
CARTÃO DE CRÉDITO: VISA CREDICARD AMERICAN EXPRESS
Nº.....VALIDADE.....

Assinatura 12 edições CR\$ 13.000,00 Assinatura para o exterior (semestral US\$ 40)
 Assinatura 25 edições (anual) CR\$ 22.400,00 Assinatura de apoio (anual) CR\$ 32.000,00



PERU *Uma tragédia latinoamericana*

Fujimori tenta a reeleição. Mas sua vitória exige uma fraude.

A eleição de Alberto Fujimori, em 1990, para a presidência do Peru, com quase 60% dos votos no segundo turno, surpreendeu muita gente. Ele estava com 3% nas pesquisas a nove dias das eleições, não tinha partido e programa. Obteve 25% no primeiro turno (contra 38% do primeiro colocado, o escritor Vargas Llosa) e o apoio de toda a esquerda.

Tomou posse em 28/07/90 e dez dias depois decretou um choque econômico, com aumentos de preços e tarifas de até 1000%. Apesar de não ter maioria no Congresso, conseguiu o seu apoio. A esquerda vacilou, porque tinha ministros (Educação, Agricultura e Mineração).

A inflação caiu, de 7.650% em 1990, para 139% em 1991. No início de 1992, Fujimori contava com o apoio dos militares para colocar em prática o programa neoliberal e para combater o Sendero. Mas faltava o apoio do Legislativo e do Judiciário. Muitos suspeitos de serem integrantes do Sendero eram libertados. E o terrorismo impedia investimento estrangeiros.

Javier Diez Canseco, secretário-Geral do Partido Unificado Mariateguista (PUM), avalia que Fujimori, àquela altura, era "uma resposta à crise do país, por parte da grande burguesia financeira, da burguesia comercial importadora e do Exército e Serviços de Inteligência". E foi com todo esse apoio que ele decretou o "auto-golpe" dia 5 de abril de 1992, dissolvendo o Congresso, mandando prender juizes e rasgando a Constituição. Mesmo assim manteve-se com elevado índice de popularidade. A prisão de grande parte dos principais dirigentes do Sendero Luminoso, em setembro e outubro de 1992, inclusive o seu líder máximo, Abimael Guzmán, reforçam a sua popularidade.

Combinando militarismo e neoliberalismo, Fujimori conseguiu inverter o quadro da situação de emprego no país. Segundo dados do Banco Central, em 1979 a População Economicamente Ativa apresentava 6,5% de desempregados, 33% subempregados e 60,5% adequadamente empregados. Em 1992 havia 9,4% de desempregados, 75% subempregados e 15,6% de adequadamente empregados.

As estatísticas mais recente apontam a existência de 22,8 milhões de habitantes no país, uma população



Lima, uma capital tomada pelo subemprego

jovem (49,6% com menos de 20 anos), miserável (49,5% abaixo da linha de pobreza), com 3,5 milhões de famintos e concentrada nas cidades - principalmente em Lima, hoje com 6,2 milhões de habitantes. São aproximadamente 11 milhões de miseráveis, a maioria jovens sem perspectivas de emprego, para os quais o neoliberalismo nada tem a oferecer.

Passados quatro anos, o modelo Fujimori começa a fazer água. Enfrentou resistência de militares aparentemente legalistas, em novembro de 92, contrários ao seu "auto-golpe"; conseguiu a aprovação apertada da sua Constituição (elaborada pelo novo Congresso), em plebiscito realizado em outubro de 1993: 52% contra 48%; e nos últimos meses está amargando uma crescente queda de popularidade, com os desdobramentos do episódio de "La Cantuta".

SEQUESTRO

Francisco Soberon Garrido, coordenador-Geral da Associação Pró-Direitos Humanos (Aprodeh), de Lima, conta que La Cantuta "seria apenas mais um caso de seqüestro e desaparecimento, realizado por grupos paramilitares, não fosse pelo fato de que é o primeiro em que se encontraram os corpos". A Universidade de La Cantuta, em Lima, estava sob vigilância militar em 1992. Mesmo assim, nove estudante e um professor desapareceram.

"Graças a persistência dos familiares, a cobertura dada pela imprensa e a informações de um grupo dentro do Exército ("Léon Dormido"), alguns corpos foram encontrados e reconhecidos", diz Garrido, acrescentando que estavam queimados, despedaçados, para dificultar o reconhecimento.

A partir daí, o governo tentou desvincular o crime da alta cúpula e do Serviço de Inteligência Nacional, instâncias que forçosamente precisariam ter

mandado ou, no mínimo, autorizado a ação. Em seguida, aprovou um lei transferindo o julgamento do caso para um tribunal militar, levando o primeiro-ministro, Alfonso Bustamente, a renunciar em sinal de protesto.

ALTERNATIVAS

A oposição está dividida em relação ao que fazer nas eleições de 95. Existem alguns setores de esquerda, segundo Diez Canseco, tentando um "neoliberalismo democrático", sem Fujimori. Ele diz que o PUM quer formar uma frente popular e de esquerda, contra a ditadura. Para ele, a direita está jogando com uma alternativa neoliberal também sem Fujimori, tentando emplacar a candidatura de Javier Perez de Cuellar, ex-secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao que parece, Fujimori e os militares que o apóiam estão tentando a sua reeleição, possível com a nova Constitui-

ção, que dispensa o presidente de desincompatibilizar-se do cargo. Diez Canseco acredita que, para viabilizá-la, lançarão um programa social de emergência e obras, com recursos provenientes da venda de estatais. O desgaste de Fujimori dará a medida do apoio dos militares. A inflação continua baixa, mas a repercussão do desrespeito aos direitos humanos dificulta a obtenção de recursos externos, e a continuidade da atuação do Sendero afugenta os investimentos estrangeiros.

Há o receio de que os militares estariam montando um grande esquema para garantir a vitória de qualquer jeito. A fraude seria garantida pela alteração das leis que regulam o processo eleitoral e pelo órgão que o fiscaliza. Diez Canseco teme a fraude em 95 e prevê que será necessário brigar para garantir a presença de observadores da ONU.

Por último, correm notícias de um "racha" no Sendero, com Abimael Guzmán e uma parte dos dirigentes presos, "revendo" suas posições políticas e até negociando com Fujimori, enquanto outro dirigentes - em liberdade - pregam a continuidade da luta armada. É difícil de acreditar na hipótese de negociação, porque os militares, se pudessem, matariam todos os senderistas presos - como fizeram em 1986, durante o governo Alan Garcia, quando atacaram três presídios, inclusive com bombardeio, e causaram a morte de pelo menos 500 presos.

Milton Pomar, de Lima



Serviço de Atendimento
ao Assinante
Fale com Ana Maria pelo
LIGUE GRÁTIS
0800-11-1300

DESCONTO ESPECIAL PARA OS LEITORES DO BRASIL AGORA

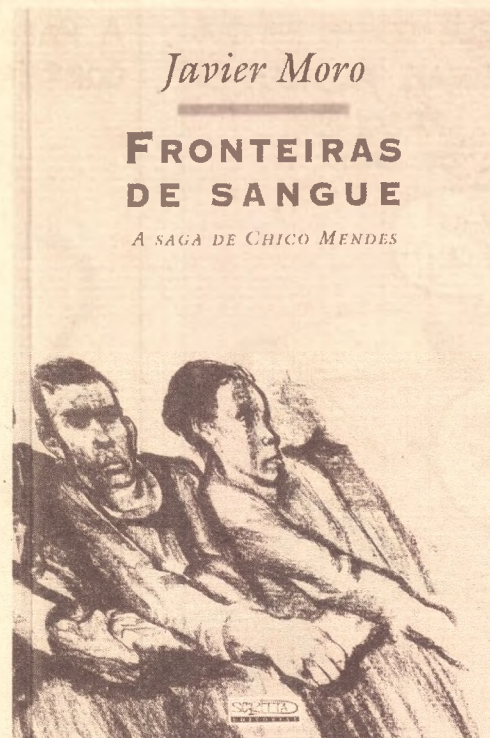
FRONTEIRAS DE SANGUE

A saga de Chico Mendes
de Javier Moro

Um romance-reportagem sobre a epopéia da Amazônia moderna e seus personagens. Baseado em fatos reais, conta — a partir da vida e morte de Chico Mendes — a história de colonizações, os conflitos, os dramas da região. Com mais de 30 mil exemplares vendidos na Espanha, além de edições para Argentina, México e França, *Fronteiras de sangue* é um marco literário e de investigação sobre a Amazônia.

Durante mais de três anos, o autor morou entre índios, fazendeiros, padres e pistoleiros. Chegou à região no dia do enterro de Chico Mendes, e dedicou-se, a partir de então, a pesquisar e escrever sobre a morte anunciada do líder seringueiro e os povos da floresta.

É uma obra obrigatória para quem quer entender o problema amazônico e os grandes conflitos que marcam o Brasil neste século. Um livro útil, sábio e um inesquecível romance.



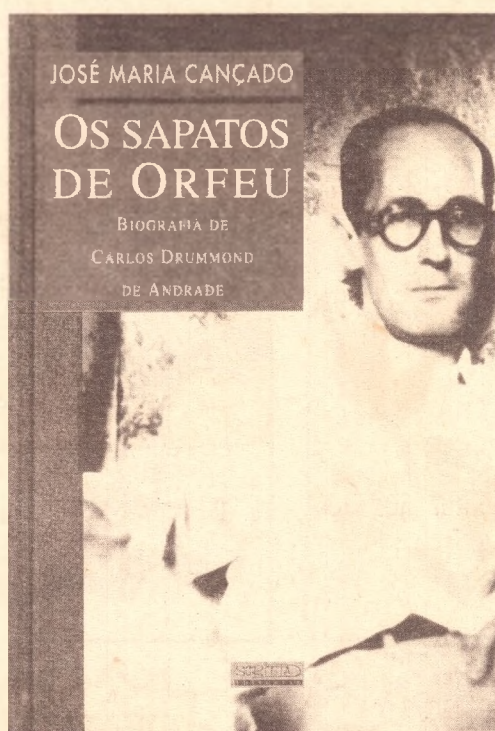
FAVELA HIGH-TECH

de Marco Lacerda

Uma modelo brasileira e um jovem americano milionário vão tentar a sorte na terra do sol nascente e do esplendor econômico. Arriscam-se. Acabam caindo na vida e encontrando a morte. *Favela high-tech*, romance-reportagem, é uma fascinante aventura no submundo japonês, a revelação de um modo de vida e de uma sociedade escondidos pelo culto à eficiência e à produtividade.

Um casal de imigrantes envolve-se com a *yakuza* — a grande organização criminosa — e o *underground* narco-sexual. E cada passo de sua tensa história vai desvendando uma realidade jamais apresentada nos inúmeros *papers* e ensaios sobre o Japão.

Marco Lacerda, com a verve dos bons romancistas de suspense, fez de uma reportagem espetacular a matéria-prima de um livro instigante. Daquelles que a gente lê de uma sentada.



OS SAPATOS DE ORFEU

Biografia de Carlos Drummond de Andrade
de José Maria Cançado

A primeira biografia de Carlos Drummond de Andrade, o poeta maior. Duros anos de pesquisa, mais de uma centena de entrevistas — e José Maria Cançado apresenta aos leitores uma obra invulgar: *Os sapatos de Orfeu*.

Uma narrativa emocionante, riqueza de informações, um retrato acurado. *Os sapatos de Orfeu* conta a trajetória de um homem a altura de seu tempo, dos sonhos de seu tempo, das angústias de seu tempo.

Que aqui não se busque apologias, elogios fáceis, um amontoado de histórias picantes: *Os sapatos de Orfeu* é uma biografia de corpo inteiro, destas que não se esquece na estante, tomada pela poeira.

É um livro que não pode deixar de ser lido por quem ainda carrega nas mãos o sentimento do mundo.



Faça já o seu pedido

Sim. Quero receber os seguintes exemplares abaixo relacionados:

quantidade	título	preço com 20% de desconto	total
_____	Fronteiras de sangue	CR\$ 18.880,00	CR\$ _____
_____	Os sapatos de Orfeu	CR\$ 20.800,00	CR\$ _____
_____	Favela high-tech	CR\$ 10.240,00	CR\$ _____

Sim. Quero receber gratuitamente o boletim Scritta Informa.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à Editora Página Aberta Ltda. Rua Dona Germaine Burchard, 286 — Perdizes — São Paulo — SP — cep 05002-061 — Fone: (011) 262-1155. Preços válidos até 30 de março de 1994. PEDIDOS TAMBÉM PELO FAX (011) 864-9320.

FA'BULA SEM BULA

MARINSONI

NAQUELE TEMPO EM QUE OS ANIMAIS FALAVAM, O TUCANO RESOLVEU CANTAR DE GALO.

VENHAM CÁ!
VENHAM CÁ!

ESQUEÇAM POR ONDE VOEI!



A RAPOSA E AS URV'S CORRERAM...

QUERO E ME DAR BEM!

SERÁ QUE É UMA CRISE INSTITUCIONAL? OBA!



... VERMES E RATAZANAS DE TODA ESPÉCIE TAMBÉM.

O CAMINHO ESTÁ MAIS FÁCIL!
O MURO CAIU!

EU JÁ FUI PRA ESQUERDA E AGORA VOU PRA CÁ!



URUBUS QUE NÃO QUERIAM LARGAR A CARNIÇA...



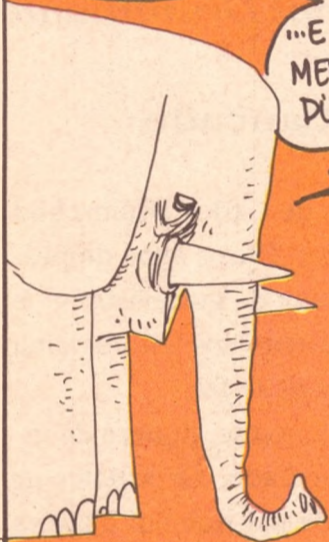
ÊBA! O TUCANO TA' ME CHAMANDO DE MEU LOURO!

... ELEFANTES BRANCOS...

COMIGO NINGUÉM TEM DIREITO DE RESPOSTA...

...NEM DE PERGUNTA...

...E MUITO MENOS A DÚVIDA!



... MACACOS QUE PULAVAM DE GALHO EM GALHO, GORILAS DE PIJAMA...

LA DONNA È MÓBILE...

VOU VOLTAR SEI QUE AINDA VOU VOLTAR...



...AVESTRUZES, COBRAS CRIADAS...

EU VOU!
EU VOU!

MAS COMO LEVAR O BURACO?

PÔ!
O PAÍS TODO JÁ TA' NO BURACO!



... TETAS DO ESTADO COM TODA SORTE DE MAMÍFEROS...

EI, E MEU INCENTIVO FISCAL?

EI, E MEU FINANCIAMENTO?

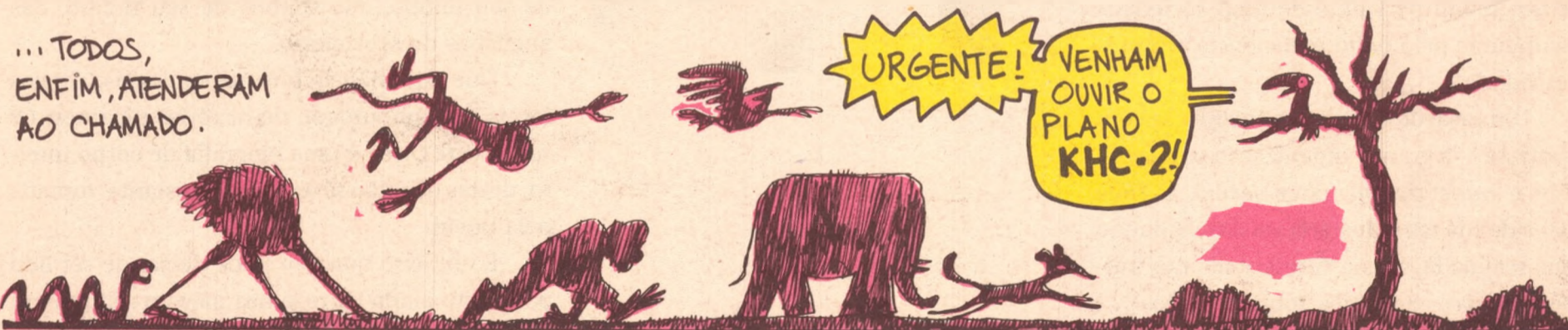
EI, E MINHA GUIA DE EXPORTAÇÃO?



... TODOS, ENFIM, ATENDERAM AO CHAMADO.

URGENTE!

VENHAM OUVIR O PLANO KHC-2!



TEMOS QUE NOS UNIR PORQUE O SAPO BARBUDO VEM AÍ!



NÃO PODEMOS ESPERAR PRA VER QUE BICHO VAI DAR...
POR ISSO, COMO SOU O MAIS BONITO, O MAIS CHARMOSO E O MAIS BOM DE BICO, QUERO QUE VOCÊS ME APOIEM!



MAS DE REPENTE, NÃO MAIS QUE DE REPENTE, OS BICHOS ALI REUNIDOS...



... SE ASSUSTARAM E RESOLVERAM IR CHIAR NOUTRA FREGUESIA, PORQUE PARECIA QUE DAQUELA VEZ...



... IA ERA DAR ZEBRA!



IMORAL DA HISTÓRIA: EM RIO QUE TEM CRISE ENTRE PODERES, JACARÉ NADA COM AS BARBAS DE MOLHO OU SEJA: É PRECISO SE CUIDAR PARA A ZEBRA NÃO IR PARA O BREJO.